



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)

LUCAS PEREIRA DA SILVA

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO EXTENSIONISTAS
RURAIS:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE

RECIFE

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)**

Lucas Pereira da Silva

**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO EXTENSIONISTAS
RURAIS:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Jesus

**Recife,
2016**

Ficha catalográfica

S586t Silva, Lucas Pereira da
Território e desenvolvimento segundo extensionistas
rurais: um estudo no município de Afogados da Ingazeira,
PE / Lucas Pereira da Silva. – Recife, 2016.
112 f. : il.

Orientador: Paulo de Jesus.
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2016.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Desenvolvimento rural 2. Extensão rural 3. Cidade-polo
4. Afogados da Ingazeira (PE) I. Jesus, Paulo de, orientador
II. Título

CDD 303.44

UNIIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL (POSMEX)

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO EXTENSIONISTAS
RURAI:

UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE

Lucas Pereira da Silva

Dissertação julgada aprovada para obtenção
do título de Mestre em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local em 28/04/2016 pela
Banca Examinadora.

Prof(a). Dr(a). Paulo de Jesus
(Orientador)
POSMEX /UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof(a). Dr(a). Joanna Lessa Fontes Silva
Departamento de Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof(a). Dr(a). Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Departamento de História
Universidade Federal Rural de Pernambuco

DEDICATÓRIA

À memória de meus pais, **José Pereira e Maria Lia**, e de meu irmão,

Lúcio Pereira, berço de toda a minha trajetória.

A **Liliana Campelo**,

esposa amada, amiga de todas as horas e incentivadora-mor.

A **Lícia Beatriz**,

filha amada, minha fonte inesgotável de energia e inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por absolutamente tudo.

Ao Professor Paulo de Jesus, por ter acreditado em mim desde o início; pelo respeito e dignidade com que trata os discentes; e pela sua infatigável luta pela Educação.

À Professora Irenilda Lima, pelo carinho e incentivo que dispensa aos servidores do corpo técnico-administrativo da UFRPE que buscam qualificação.

Ao corpo docente do Posmex, pelos inestimáveis ensinamentos.

A Márcia Paraíso, Acionildo, Shirley e Jerry, que tanto contribuem para o bom funcionamento do Programa.

Às Professoras Mariana Zerbone e Joanna Lessa, pelas preciosas contribuições.

Às minhas irmãs Lúcia, Ciane, Cleide e Aninha e a todos que compõem nossa “Grande Família”.

Ao meu sobrinho Philipe Araújo, pelo exemplo de esforço e dedicação aos estudos, que tanto nos inspira.

À Professora Andrea Paiva, pelo exemplo de amizade e companheirismo. Fica aqui registrada minha gratidão por todo o apoio e incentivo.

A Marco Santos, Renata Carneiro Leão, Bruno Andrade, Eduardo Chaves, Lana Cláudia e demais companheiros, colegas e amigos que fiz na UFRPE ao longo desses sete anos de “casa”.

A Daniel Ferreira e Iran Júnior, pelas gentis contribuições que subsidiaram o início de minha pesquisa de campo.

À Turma 2014 do Posmex, Aline, Amanda, Carminha, Cristiane, Eudo, Eliane, Josy, João Gabriel, Juliana, Maurício, Luis Nino, Ricardo, Paula e Vanessa.

Ao amigo Luís Augusto Clemente, cuja presteza ajudou a abrilhantar nossa pesquisa.

A Iara Montebelo, Marlene Mendes, Carolina Malinconico, Antônio Manuel, Jorge Cysneiros, Karlone Barroca, Rita Guilherme, Márcia Aguiar e aos demais amigos do ProRural, que são tantos, os quais carrego no coração por me terem despertado para a imprescindibilidade de se ter um olhar diferenciado para os homens e mulheres do campo.

Aos extensionistas rurais de Afogados da Ingazeira participantes desta pesquisa, pela acolhida, pelos ensinamentos e pelo exemplo profissional.

*A humildade exprime uma das raras
certezas de que estou certo: a de
que ninguém é superior a ninguém*
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo geral analisar as perspectivas de extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira, no Estado de Pernambuco, a respeito da conceituação de *território* e de *desenvolvimento*. Privilegiando a transdisciplinaridade e conduzida a partir de um estudo de caso, a pesquisa, que se valeu do *território* e do *desenvolvimento* como principais categorias analíticas. Este trabalho também intencionou dar voz àqueles que lidam cotidianamente com as populações atendidas pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em um município situado no semiárido nordestino que parece haver construído estratégias de desenvolvimento diferenciadas em relação à sua circunvizinhança. Dentre estas estratégias, podemos destacar aquelas decorrentes de políticas de desenvolvimento territorial, como parece ser o caso do protagonismo exercido pelo município no Programa Territórios da Cidadania em relação ao Território do Sertão do Pajeú. A pesquisa foi conduzida pela questão síntese do problema, que inquire como se manifestam as representações de extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira a respeito de território e desenvolvimento enquanto estratégias que podem promover o bem-estar social? Autores como José Eli da Veiga (2001; 2002; 2003; 2008), Maria Nazareth Baudel Wanderley (2013; 2014) Paulo de Jesus (2006), Sergio Schneider (2004; 2009), entre outros, subsidiaram a base teórica desta pesquisa. Para a escuta dos 21 participantes da pesquisa, recorreu-se à entrevista semiestruturada e à consequente análise. Mediante o proposto, ao final deste estudo, ficou evidenciado que em ambas as categorias analíticas são percebidas como estratégias válidas na busca pela melhora da vida da população local e delas intuem-se as mais variadas percepções, em consonância com suas respectivas complexidades. Dentre as diversas representações a respeito de território, foi observada certa prevalência do discurso que tende enxergar sua instrumentalização e normatização. Sobre desenvolvimento, considerando que foi pedido aos entrevistados que o tema fosse contextualizado com a realidade local, se sobressaíram, na contextura dos saberes dos entrevistados, entendimentos sobre a escassez e mesmo sobre a ausência de fatores que denotem a existência, no lócus da pesquisa, de desenvolvimento, tendo-se uma frequência maior de falas que dão mais destaque àquilo que falta do que àquilo que se vislumbra como desenvolvimento.

Palavras-chave: Participação. Cidade-polo. Estratégias de desenvolvimento. Liderança institucional.

ABSTRACT

This study had the main objective to analyze the prospects about the concept of territory and development for rural extension workers operating in the municipality of Afogados da Ingazeira, in the state of Pernambuco, with respect to the conceptualization of territory and development. Privileging transdisciplinarity and being conducted from a case study, the research made use of *territory* and *development* as main analytic categories. This work also aimed at giving voice to those who deal daily with the populations served by the Technical Assistance and Rural Extension Services in a municipality located in the northeastern semi-arid region that seems to have built development strategies differentiated in relation to its surroundings. Among these strategies, it is possible to highlight those arising from territorial development policies, as seems to be the case of the protagonism played by the municipality in the Citizenship Territories Program in relation to the territory of Sertão do Pajeú. The research was conducted by the summary question of the problem that inquires how do rural extension workers operating in the municipality of Afogados da Ingazeira manifest their representations about territory and development as strategies that can promote social welfare. Authors as José Eli da Veiga (2001; 2002; 2003; 2008), Maria Nazareth Wanderley Baudel (2013; 2014) Paulo de Jesus (2006), Sergio Schneider (2004, 2009), among others gave the theoretical basis for this research. For listening to the 21 participants, the semi-structured interview and the subsequent analysis were used. Considering what was proposed, at the end of this study, it was shown that both analytical categories were perceived as valid strategies in the pursuit of improving the lives of local people and from them the most varied perceptions in line with their complexities are intuited. Among the various representations about territory, a certain discourse that tends to see its instrumentation and standardization prevailed. Considering that respondents were asked to contextualize the concept of development with the local reality, on the context of knowledge of the respondents, understandings about the scarcity and even on the absence of factors that denote the existence of development in the locus of research prevailed. Words that give more prominence to the absence were more frequent than those that emphasize what is seen as development.

Key-Words: Participation. Principal city. Development strategies. Institutional leadership.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa do Território do Sertão do Pajeú25

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Evolução do PIB de Afogados da Ingazeira (1999 a 2013).....	26
Quadro 1 – IDHM Afogados da Ingazeira.....	27
Quadro 2 – Síntese do Perfil do(a)s Entrevistado(a)s	30
Quadro 3 – Quanto ao segmento.....	32
Quadro 4 – Quanto ao tempo de vínculo.....	32
Quadro 5 – Quanto ao tempo de atuação.....	32
Quadro 6 – Faixa etária dos sujeitos da pesquisa.....	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COMDRUR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
POSMEX	Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: ITINERÁRIO INVESTIGATIVO.....	23
<i>1.1 Locus da pesquisa: caracterização do município de Afogados da</i>	
<i> Ingazeira-PE.....</i>	<i>24</i>
<i> 1.1.1 Localização e acesso.....</i>	<i>25</i>
<i> 1.1.2 Aspectos socioeconômicos.....</i>	<i>25</i>
<i>1.2 Sujeitos da pesquisa.....</i>	<i>27</i>
<i>1.3 Instrumento de coleta de dados.....</i>	<i>31</i>
<i>1.4 Instrumentos de análise de dados.....</i>	<i>33</i>
2 CAPÍTULO 2: SOBRE TERRITÓRIO.....	35
<i>2.1 Da pertinência dos estudos sobre território para a Extensão Rural.....</i>	<i>35</i>
<i>2.2 Ubíquo e transdisciplinar.....</i>	<i>36</i>
<i>2.3 Formulações clássicas.....</i>	<i>36</i>
<i>2.4 Território na perspectiva do Estado brasileiro no Século XXI.....</i>	<i>40</i>
<i> 2.4.1 Território: do que se fala, enfim?</i>	<i>41</i>
<i> 2.4.2 Instrumentalização e normatização do território.....</i>	<i>43</i>
<i> 2.4.3 Território e participação.....</i>	<i>44</i>
<i> 2.4.4 Território como indutor de políticas públicas.....</i>	<i>45</i>
<i>2.5 Programa Territórios da Cidadania – PTC.....</i>	<i>46</i>
<i>2.6 Marco Jurídico: demanda brasileira para o Século XXI?.....</i>	<i>48</i>
3 CAPÍTULO 3: SOBRE DESENVOLVIMENTO.....	50
<i>3.1 Evolução do conceito de desenvolvimento.....</i>	<i>50</i>
<i>3.2 Perspectivas do desenvolvimento no Brasil.....</i>	<i>53</i>
<i> 3.2.1 Desenvolvimento Territorial.....</i>	<i>53</i>
<i> 3.2.2 Desenvolvimento Local.....</i>	<i>55</i>

3.2.3	<i>Desenvolvimento Alternativo ou contra-hegemônico</i>	56
3.2.4	<i>Desenvolvimento Rural</i>	57
3.2.5	<i>Desenvolvimento Econômico</i>	58
3.2.6	<i>Desenvolvimento Sustentável</i>	61
3.2.7	<i>Desenvolvimento Ambiental</i>	63
3.2.8	<i>Desenvolvimento Social</i>	64
3.2.9	<i>Desenvolvimento Humano</i>	65
3.3	<i>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	66
3.4	<i>O caso brasileiro: desenvolvimento com ênfase no rural</i>	67
3.5	<i>Participação: estratégia de desenvolvimento</i>	69
4	CAPÍTULO 4: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO EXTENSIONISTAS RURAIS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	70
4.1	<i>Sentidos atribuídos a território</i>	70
4.1.1	<i>Conceito análogo ao de região</i>	71
4.1.2	<i>Meu território, minha identidade</i>	73
4.1.3	<i>Domínio e relações de poder</i>	75
4.1.4	<i>Meu pedacinho de chão</i>	75
4.1.5	<i>Ajuntamento de municípios para viabilizar políticas públicas</i>	76
4.1.6	<i>Territórios da Cidadania e outras políticas territoriais</i>	78
4.2	<i>Impressões sobre desenvolvimento</i>	80
4.2.1	<i>Ênfase nos aspectos econômicos</i>	81
4.2.2	<i>Ênfase nos aspectos humanos e/ou sociais</i>	83
4.2.3	<i>Cidadania e acesso a bens e serviços</i>	84
4.2.4	<i>Equidade social, e oportunidades e empoderamento</i>	87
4.2.5	<i>Sociedade civil organizada</i>	89
4.2.6	<i>Meio Ambiente e Sustentabilidade</i>	92
4.2.7	<i>Panaceia</i>	95

<i>CONCLUSÃO</i>	98
<i>REFERÊNCIAS</i>	104
<i>APÊNDICE A</i>	111

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge a partir de uma inquietação que está relacionada ao desafio de desvelar quais os sentidos atribuídos por extensionistas rurais a território e desenvolvimento. Ambas as categorias analíticas tem em comum, além dos elevados graus de ubiquidade e complexidade, sua recorrente utilização nas recentes políticas públicas brasileiras, especialmente aquelas que envolvem ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Em que pese a presença cada vez mais marcante de um viés territorial nas estratégias de desenvolvimento que norteiam as aludidas políticas públicas, configurando um cenário de ruptura com o viés setorial, percebe-se a importância de se investigarem as percepções que tem os profissionais que lidam direta e cotidianamente com as populações que comumente são beneficiadas por políticas públicas de desenvolvimento em torno dessas temáticas.

Por adotar estratégias de desenvolvimento que se utilizam de novos usos e conceitos atribuídos ao território e pelas demais razões a seguir clarificadas, pareceu pertinente a escolha do município de Afogados da Ingazeira como locus da pesquisa. Localizado no Sertão do Pajeú, Estado de Pernambuco, o município apresenta características que parecem apontar para estratégias de desenvolvimento diferenciadas em relação à sua circunvizinhança.

Embora situado em um contexto predominantemente rural e sujeito às intempéries decorrentes de penosos e prolongados períodos de estiagem, o município tem assumido certo protagonismo em alguns assuntos que envolvem políticas públicas contemporâneas.

A história recente de Afogados da Ingazeira é marcada por conquistas sociais engendradas por movimentos populares. A partir da atuação do Bispo Dom Francisco Aufragésilo de Mesquita, a Igreja Católica Apostólica Romana, a partir da década de 1960, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inicia uma prática fundamentada na Teologia da Libertação. Foram realizados trabalhos de organização social comunitária e de comunicação, utilizando uma rádio para difundir suas ideias. (MEDEIROS, 2010).

Após a instauração da Ditadura Militar, em 1964, a Igreja Católica, dentro do contexto do Sertão do Pajeú, luta, ao lado dos agricultores sertanejos, contra os desmandos desencadeados pelas forças oligárquicas locais e contra a repressão do Estado. O município começa, então, a mudar seu perfil e sua história, ao esboçar um processo de transformações pautadas na participação e em valores democráticos (OLIVEIRA, 2015; MEDEIROS, 2010).

As instâncias participativas, inicialmente, eram aquelas que mantinham laços com a Igreja Católica e/ou com o movimento sindical. A gênese dessas transformações remonta aos anos mais duros da Ditadura Militar instaurada no Brasil, na década de 1960, época em que Dom Francisco Austragésilo de Mesquita assumiu a diocese de Afogados da Ingazeira. Reconhecido por sua luta em defesa dos trabalhadores rurais e por sua postura destemida nos conflitos à época existentes, no Brasil, entre a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado, Dom Francisco, sob a liderança do então Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, colaborou na elaboração e assinou em 1966, o Manifesto dos Bispos do Nordeste¹, documento que “denunciava as injustas condições de trabalho dos trabalhadores rurais” (ASFORA, 2004).

Desde então, o município de Afogados da Ingazeira, influenciado pelas ideias de um líder religioso considerado um intelectual orgânico das lutas sociais agrárias (ASFORA, 2004), parece ter desenvolvido uma vocação diferenciada em relação à sua circunvizinhança, se consolidando como referência – ou polo – por ser um município que conta com destacada participação de sua sociedade civil.

Algumas peculiaridades podem denotar quão é organizada a sociedade civil de Afogados da Ingazeira, dentre as quais:

- ❖ Habilidade para articulação política – que pode ser traduzida na marcante presença de entidades do serviço público que mantém escritórios regionais no

¹ O Manifesto dos Bispos do Nordeste, 1966, foi assinado pelos seguintes bispos: D. Hélder Câmara (Arcebispo de Olinda e Recife); D. José Maria Pires (PB); D. Adelmo Machado (AL); D. José Adelino (Garanhuns-PE); D. Nivaldo Monte (RN); D. Manoel Pereira (Campina Grande-PB); D. Severino Mariano (Pesqueira-PE); D. Augusto Carvalho (Caruaru-PE); D. Antônio Campelo (Petrolina-PE); D. Manoel Lisboa (Nazaré da Mata-PE); D. Francisco Austragésilo de Mesquita Filho (Afogados da Ingazeira-PE); D. Francisco Xavier (Floresta-PE); D. Acácio Rodrigues (Palmares-PE); D. Gentil Diniz Barreto (Mossoró-RN) e D. José Lamartine (bispo auxiliar de Olinda e Recife). (ASFORA, 2004).

município, como Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco (Adagro), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural)²;

- ❖ Relativo pioneirismo com utilização e valorização de Conselhos Municipais, cujo maior expoente é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano (COMDRUR³), sobretudo após a Constituição Federal de 1988; e
- ❖ Elevado número de Organizações Não Governamentais (ONGs) sediados na cidade que atuam na causa dos menos favorecidos dos municípios que integram o Território do Pajeú⁴.

Inspirados nas ideias de Dom Francisco, os atores locais tendem a valorar instâncias que privilegiam a participação da sociedade civil, não apenas no âmbito do debate público, como também nas esferas deliberativas.

Concomitante à trajetória da organização da sociedade civil e da intensificação de sua participação na condução de assuntos essenciais para a promoção do desenvolvimento e do bem-estar da população do município, percebe-se nitidamente, como também por meio de indicadores oficiais, uma constante e vigorosa evolução da importância dos setores ligados à prestação de serviços para a economia local, de forma a atender às demandas de cidadãos da circunvizinhança e conferir ao município de Afogados da Ingazeira um papel de destaque no cenário do Território do Pajeú.

² Trata-se de um Programa Estadual que, em parceria com o Banco Mundial, Governo Federal e Governos Municipais que tem por missão Coordenar, implementar e apoiar os programas de desenvolvimento local integrado e sustentável, voltados para a melhoria da qualidade de vida e geração de renda das comunidades rurais em situação de vulnerabilidade social do Estado de Pernambuco. (PRORURAL, 2016).

³ Criado em 1997, o COMDRUR agrega os principais atores sociopolíticos do município, contando com instituições governamentais e não governamentais. Diferencia-se da maioria dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos demais municípios por ir além dos assuntos inerentes à população rural do município, por também, de maneira pioneira, cuidar dos interesses da população urbana (MELO, 2003).

⁴ Informações coletadas em documentos do Governo do Estado de Pernambuco, além de contatos e informações do pesquisador por ocasião de visitas preliminares ao município no mês de julho de 2015.

Os setores ligados às atividades industriais, por sua vez, demonstram relativa importância. Por outro lado, os setores ligados à agricultura e à pecuária apresentam um preocupante cenário de retração, como se verá mais adiante.

Diante do exposto, surge nossa inquietação, que nos leva a indagar: como se manifestam as representações de extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira a respeito das conceituações de território e desenvolvimento enquanto estratégias que podem promover o bem-estar social?

No que concerne à aos objetivos, buscou-se trabalhar conforme o entendimento de Minayo (2009), para quem é fundamental sua para que se possam delinear os propósitos que almejamos alcançar ao final da pesquisa. Para tal, segundo a autora, devem-se elencar objetivos possíveis de serem alcançados. A metodologia adotada deve promover a realização de todos os objetivos propostos. Vasconcelos (2002), por sua vez, entende que o objetivo é o ponto de partida para o planejamento ou gestão coletiva da investigação. Destacamos ainda, do mesmo autor, uma de suas formulações sobre os objetivos específicos de uma pesquisa acadêmica, que julgamos parecer com a proposta desta dissertação, a qual nos diz que “[...] desagregam o objeto central de estudo em alguns dos seus subtemas, explicitando elementos e/ou aspectos-chave do enquadramento a ser realizado” (VASCONCELOS, 2002, p. 135).

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as perspectivas de extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira, no Estado de Pernambuco, a respeito da conceituação de *território* e de *desenvolvimento*..

Para isso, buscou-se especificamente:

- i. Analisar, a partir da literatura circulante na academia brasileira de meados da década de 1990 até os dias atuais, a multiplicidade e a diversidade conceitual acerca do que se entende por território e desenvolvimento; e
- ii. Analisar como extensionistas rurais com ação no campo dialogam com conceitos como território e desenvolvimento, a partir de suas vivências empíricas.

O interesse em estudar aspectos de presumíveis processos de transformação do município de Afogados da Ingazeira surgiu a partir das observações deste pesquisador sobre determinadas mudanças na paisagem da sede do referido município, tomando por base dois períodos distintos: em 2005, por ocasião de visitas de campo, quando o

pesquisador pertencia aos quadros do ProRural, no Governo de Pernambuco; e em 2011, quando o pesquisador, então aluno especial do Posmex, participou de uma excursão acadêmica da disciplina Extensão Rural, ministrada pela professora Irenilda de Souza Lima, além de leituras em torno da temática centradas em Afogados da Ingazeira.

A pertinência desta pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) emana da necessidade de se compreender como se processam os sentidos e percepções de extensionistas rurais que atuam em um município que, mesmo situado em um contexto predominantemente rural e exposto às intempéries do clima como as que assolam o semiárido do Nordeste brasileiro, adotou estratégias de desenvolvimento que apontam para uma ênfase na prestação de serviços, sem perder de vista a importância das atividades industriais, mas que, por outro lado, demonstra um cenário de retração no que diz respeito ao peso das atividades ligadas à agricultura e à pecuária para a economia do município.

Por estas razões, acredita-se que o objeto deste estudo contempla a linha de pesquisa deste Programa intitulada Extensão Rural para o Desenvolvimento Local, além de subsidiar debates cujos resultados seguramente suscitarão interesses da comunidade acadêmica que visem à aproximação – ou, ao menos a diminuição da distância – entre o intramuros arraigado na cultura acadêmica brasileira e a realidade empírica dos contextos rurais populares.

Graças às características alhures mencionadas e por adotar estratégias de desenvolvimento alinhadas com a agenda do Governo Federal que envolvem os novos usos atribuídos ao Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o lócus da pesquisa apresentou as condições favoráveis para o aprofundamento do estudo das categorias de análise que foram objeto da presente pesquisa.

Quanto à estruturação da dissertação, o capítulo 1 delinea o itinerário investigativo percorrido pelo pesquisador.

O Capítulo 2, por sua vez, traz um levantamento sobre a trajetória histórica dos usos e conceitos atribuídos ao território, que é uma das duas categorias analíticas que norteiam a presente pesquisa. Das primeiras formulações idealizadas por Friedrich

Ratzel no contexto alemão em 1871, que atrelam território ao poder do Estado, às recentes tendências das políticas públicas de desenvolvimento, que concebem um território instrumentalizado e normatizado, busca-se, na intenção de evidenciar a importância do aprofundamento dos estudos sobre território para a prática da Extensão Rural, apresentar brevemente alguns dos principais autores cujas contribuições constituem marcos científicos para os estudos a respeito de território. Ademais, o Capítulo traz contribuições de estudiosos contemporâneos e referências a informações governamentais, além de apontar alguns caminhos que vem sendo adotados no Brasil pelos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento, especialmente daquelas voltadas para os contextos rurais populares, condizentes com a realidade empírica do locus da presente pesquisa.

No Capítulo 3 são abordadas algumas perspectivas do desenvolvimento, dentre aquelas que possuem maior similaridade com o objeto de estudo da presente pesquisa. Para tal, fez-se uso de uma revisão teórica que traz, em seu escopo, estudiosos cujas formulações circulam no meio acadêmico brasileiro, além de referências a documentos governamentais. Dado o caráter ubíquo, onipresente do desenvolvimento, que virá a ser a segunda categoria analítica deste estudo, optou-se por abordar separadamente tais perspectivas para proporcionar uma melhor compreensão do objeto da presente pesquisa.

O Capítulo 4 tem por finalidade apresentar os sentidos e percepções que os extensionistas rurais entrevistados atribuem a território e desenvolvimento, ou seja, os resultados da investigação processada no campo. O processamento dessas informações se procedeu por meio de uma análise comparativa entre as respostas desses sujeitos da pesquisa à entrevista semiestruturada que realizamos no locus da pesquisa com as formulações engendradas por estudiosos, constantes no material bibliográfico utilizado no decorrer do estudo, aliado ao conjunto de políticas públicas brasileiras contemporâneas que trazem, em seu bojo, ambas as categorias analíticas.

Diante de um contexto sociopolítico em que a dinamicidade das transformações que acometem a sociedade brasileira desde o início deste século ocorre em estonteante velocidade, a presente pesquisa permitiu um melhor entendimento das percepções e sentidos atribuídos por um grupo de extensionistas rurais de determinada localidade em

torno de duas categorias de análise que tem se mostrado decisivas nas estratégias de políticas públicas contemporâneas: território e desenvolvimento.

Da mesma forma, os estudos em questão contribuíram para corroborar a importância de se aprofundar os conhecimentos sobre algumas nuances do território e desenvolvimento que possam vir a interessar à Extensão Rural, tanto no âmbito formativo dos futuros extensionistas rurais quanto na prática cotidiana desses profissionais.

CAPÍTULO 1 – ITINERÁRIO INVESTIGATIVO

Partindo de um olhar transdisciplinar (NICOLESCU, 2014), o presente trabalho foi realizado a partir de um estudo de caso, sob a perspectiva de pesquisa exploratória. A vantagem de se empregar o estudo de caso como estratégia de pesquisa, para Laville e Dionne (1999, p. 156) está “[...] na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos”. À pesquisa exploratória, para os referidos autores, não convém elaborar hipótese *a priori*, pois esta é “[...] simultaneamente desenvolvida e verificada, ainda que em parte, em vaivém entre reflexão, observação e interpretação, à medida que a análise progride” (LAVILLE E DIONNE, 1999, p. 228).

Optou-se por desenvolver um trabalho de natureza predominantemente qualitativa, em cujo percurso metodológico utilizou-se o estudo de campo conexo à pesquisa bibliográfica.

Pesquisas realizadas sob análise qualitativa de conteúdo, para Laville e Dionne (1999) conservam a forma literal dos dados e permitem ao pesquisador

[...] prender-se às nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e nas relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável (LAVILLE E DIONNE, 1999, P. 227).

Sobre o estudo de campo, Gil (2002, p. 53) nos diz que “[...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”.

À realização da pesquisa bibliográfica foi necessária a utilização de diversos materiais, tais como livros, artigos científicos e meios eletrônicos de informação, conforme preconizam Marconi & Lakatos (2008, p. 57):

[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: radio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e

televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica tem como principal objetivo, como se sabe, identificar os conceitos básicos de determinada temática, além de possibilitar ao pesquisador uma gama de informações muito mais ampla do que poderia se conseguir se fosse feita uma pesquisa diretamente, pois é possível reunir diferentes contribuições científicas sobre determinado tema.

1.1 Lócus da pesquisa: caracterização do município de Afogados da Ingazeira-PE

A investigação teve sua peça empírica realizada na sede do município de Afogados da Ingazeira, Pernambuco, com algumas visitas que significaram permanências de no mínimo cinco dias cada visita.

A preferência por pesquisar as percepções e sentidos atribuídos por extensionistas rurais na sede desse município se deu por conta da marcante presença de entidades e, portanto, de profissionais que lidam cotidianamente com a realidade empírica de trabalhadores rurais, especialmente aqueles que praticam a agricultura familiar.

As recentes estratégias de desenvolvimento do município de Afogados da Ingazeira parecem estar em consonância com as agendas propostas pelo Governo do Estado de Pernambuco e pelo Governo Federal, especialmente aquelas que envolvem os novos usos e conceitos atribuídos ao território e, por extensão, a desenvolvimento.

Com relação às informações e dados do lócus da pesquisa apresentados a seguir, não obstante o mérito de outros estudos⁵ lançou-se mão da utilização de fontes oficiais, como IBGE, MDA e PNUD, para tal finalidade.

⁵ Como, por exemplo, o estudo realizado pelo Observatório Socioeconômico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano, sediado em Afogados da Ingazeira, disponível no link <http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodi/observatorio/microrregiao_pajeu/afogados_da_ingazeira.pdf>

O acesso ao município é efetuado através da BR-232, que interliga Recife a Parnamirim. Na altura do quilômetro 272 desta rodovia, após chegar na localidade denominada Cruzeiro do Nordeste, segue-se pela BR-110, até chegar à cidade de Sertânia. Em seguida, percorrem-se 31 quilômetros da PE-280, até chegar nas rodovias estaduais PE-275 e PE-292. Por fim, segue-se 42 quilômetros por esta última até se chegar em Afogados da Ingazeira.

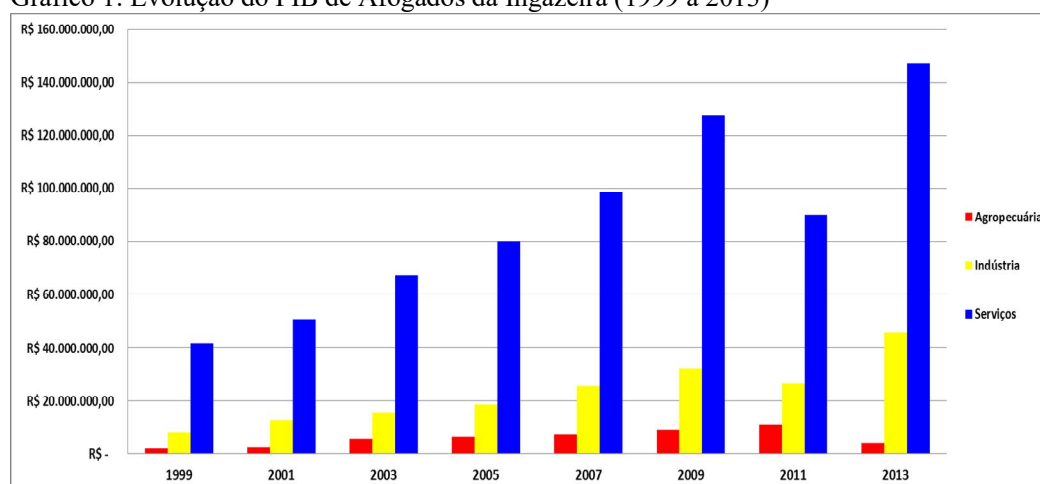
O clima é semiárido quente, com temperaturas variando entre 20 e 36°C. O município é abastecido pela Barragem de Brotas e está inserido na bacia hidrográfica do Rio Pajeú, afluente do Rio São Francisco.

1.1.2 Aspectos socioeconômicos

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015b) preveem uma população de 36.709 habitantes para o ano de 2015, um acréscimo de aproximadamente 4,5% em relação ao último censo realizado pelo referido Instituto, realizado em 2010, o qual também aponta que 78% dos habitantes do município residem em áreas urbanas (IBGE, 2016c).

O PIB do município, conforme mostra o Gráfico 1, tem demonstrado certa constância tanto no crescimento da economia local quanto na proporcionalidade da distribuição do peso dos setores da economia. Vê-se que o setor terciário, em azul, detém a maior relevância, seguida pelas atividades industriais, em amarelo. As atividades relacionadas ao setor primário, por sua vez, apresenta resultados tímidos.

Gráfico 1: Evolução do PIB de Afogados da Ingazeira (1999 a 2013)



Fonte: IBGE, 2016d.

Enquanto o Índice de Gini atribuído ao município – 0,41 – aponta certa diminuição nas assimetrias decorrentes da concentração de renda – fenômeno também verificado em outros municípios adjacentes (IBGE, 2010 os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme se pode verificar no Quadro 1, dão conta de que houve uma sensível evolução no que diz respeito às variáveis que o compõe (longevidade, educação e renda), desde que o referido índice passou a ser publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁷:

Quadro 1 – IDHM Afogados da Ingazeira

Ano	Índice
1991	0,383
2000	0,518
2010	0,657

Fonte: IBGE, 2016f.

A combinação dos indicadores acima demonstrados parece denotar, entre outras coisas, que a inclinação do município para a prestação de serviços pode ter contribuído positivamente para a melhora vista nos aspectos socioeconômicos. No entanto, a constante e histórica retração das atividades agropecuárias carecem de uma atenção especial.

1.2 Sujeitos da pesquisa

A seleção dos entrevistados que compuseram o universo amostral constituiu um ponto fundamental para a condução da pesquisa, uma vez que o principal instrumento utilizado para a obtenção das respostas às questões da pesquisa foi a entrevista.

O universo da pesquisa consistiu em vinte e um atores locais que atuam como extensionistas rurais, todos vinculados a entidades que são sediadas e tem reconhecida atuação no lócus da pesquisa.

⁷ O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. (PNUD, 2016).

Embora reconheça a legitimidade do que está disposto na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), que conceitua profissão como um conjunto de regras de acesso, sancionado por um diploma de nível superior, possibilitando o ingresso em determinados tipos de trabalho (SOUZA, 2011), privilegiou-se, nesta pesquisa, para efeitos de caracterização dos sujeitos da pesquisa como extensionistas rurais, a similaridade de atribuições exercidas pelos sujeitos da pesquisa junto aos agricultores e agricultoras familiares do município de Afogados da Ingazeira, independentemente da formação advinda da educação formal, uma vez que “[...] por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente desempenhado pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais, e cooperativas [...]. (PEIXOTO, 2008).

Por lidarem direta e cotidianamente com os agricultores familiares, entendemos que o extensionista rural contempla os requisitos necessários para o entendimento da problemática engendrada no presente estudo. Para Jesus (2006, p. 69), “[...] são as formas e os condicionamentos presentes na relação do extensionista e da extensionista com a comunidade [...] que podem caracterizar o tipo de conhecimento resultante dessa interação”. Esse profissional, continua o autor,

[...] é também detentor ou detentora desse tipo de conhecimento e está constantemente interagindo profissionalmente com pessoas que detém ou produzem esse tipo de conhecimento e conseqüentemente suas atitudes, seus comportamentos, seus valores são também condicionados pelo conhecimento do senso comum. (JESUS, 2006, p. 71).

A Extensão Rural pode ser entendida como processo de educação não formal, evocando a Lei Federal nº 12.188, de 18 de janeiro de 2010, em seu Artigo 2º, encontra-se aí o seguinte entendimento:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Para Caporal (2009, p. 6), “Independente de qualquer juízo de valor sobre o conteúdo da formação, o fato é que os extensionistas rurais, em geral, sempre foram reconhecidos por este diferencial: a qualificação em serviço”. A Extensão Rural, no enfoque da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), continua o autor,

[...] é um processo educativo destinado a apoiar estratégias que levem à melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, à redução da pobreza rural, ao fortalecimento da cidadania, o que pode exigir incidência ora sobre processos produtivos, ora sobre formas de inclusão, etc., ou ambas, ao mesmo tempo, como complementares (CAPORAL, 2009, p. 18).

Parece, afinal, se tratar de um ofício exercido por profissionais que carregam consigo os saberes adquiridos na educação formal.

Outro critério empregado diz respeito à natureza dos vínculos empregatícios dos sujeitos da pesquisa. A pesquisa contemplou, em seu universo amostral, tanto os extensionistas rurais vinculados a entidades governamentais quanto os que atuam em entidades não governamentais. A menor incidência de sujeitos da pesquisa atrelados ao Estado foi diretamente proporcional ao quantitativo de entidades que exercem atribuições de ATER no *lócus* da pesquisa.

A PNATER parece legitimar o modelo de desenvolvimento proposto tanto por entidades governamentais quanto daquelas emanadas da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, como, por exemplo, instituições religiosas, ONGs e sindicatos. Por essas razões a presente pesquisa contempla, como sujeitos da pesquisa, profissionais vinculados a ambas as esferas.

Afogados da Ingazeira, além de sediar escritórios regionais de instituições governamentais como IPA, Adagro e ProRural, também abriga organizações sociais de âmbito regional que atuam na causa dos menos favorecidos, que atendem sobretudo aos habitantes dos contextos rurais populares não somente do município, como também da maior parte dos municípios pajezeiros. Podemos citar, como exemplo, entidades como Diaconia, Casa da Mulher do Nordeste e Grupo Mulher Maravilha, além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

Não houve critério específico para a escolha dos sujeitos da pesquisa em relação às atribuições que estes exerciam no momento da entrevista, desde que os mesmos atuassem como extensionistas rurais no perímetro do *lócus* da pesquisa. A maior parte dos entrevistados atuava, à época da visita do pesquisador a campo, diretamente com seu público-alvo, em sua maioria agricultores familiares. Apenas 4 dentre os 21 participantes da pesquisa não faziam visitas constantes a campo: 3 por ocuparem cargos

gerenciais e/ou de liderança, alegado em ambos os casos como fator limitante às visitas a campo, e 1 por motivo de saúde.

Em síntese, o quadro a seguir apresentado contém elementos do perfil de nossa amostra:

Quadro 2 – Síntese do Perfil do(a)s Entrevistado(a)s

PERFIL DOS ENTREVISTADOS - COLETA DE DADOS

Cód.	Vínculo	Atua em Afogados da Ingazeira há:	Gênero	Escolaridade	Residência	Naturalidade	Cargo/função
Entrevistada GOV 1	Estatutário	31 anos	Feminino	Médio	Afogados da Ingazeira	Brejo da Madre de Deus - PE	Técnico em Administração
Entrevistada ONG 2	CLT	4 anos	Feminino	Médio	Afogados da Ingazeira	Cajazeiras - PB	Educadora de Base
Entrevistado GOV 3	Contrato	21 anos	Masculino	Superior	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Coordenador Regional
Entrevistada ONG 4	CLT	3 anos	Feminino	Médio	Afogados da Ingazeira	Tabira - PE	Técnica Educadora
Entrevistado GOV 5	Estatutário	*	Masculino	Superior	Afogados da Ingazeira	Jaboatão dos Guararapes - PE	Fiscal Agropecuário
Entrevistado SIN 6	Eletivo	10 anos	Masculino	Fundamental	Afogados da Ingazeira	Custódia - PE	Diretor de Políticas Agríc.
Entrevistada ONG 7	Contrato	26 anos	Feminino	Médio	Afogados da Ingazeira	São Paulo - SP	Secretária Administrativa
Entrevistada SIN 8	CLT	14 anos	Feminino	Superior	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Assessora
Entrevistado SIN 9	CLT	18 anos	Masculino	Superior	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Administrativo
Entrevistado ONG 10	CLT	2,5 anos	Masculino	Médio	Tabira	Tabira - PE	Animador
Entrevistado ONG 11	CLT	18 anos	Masculino	Superior	Afogados da Ingazeira	Campina Grande - PB	Assessor Político-Pedagógico
Entrevistada SIN 12	Eletivo	16 anos	Feminino	Médio	Afogados da Ingazeira	Solidão - PE	Presidente
Entrevistada ONG 13	CLT	7 anos	Feminino	Superior	Afogados da Ingazeira	Tabira - PE	Coordenadora de Projetos
Entrevistada ONG 14	Contrato	4 meses	Feminino	Médio	Carnaíba	Carnaíba - PE	Coordenadora de Projetos
Entrevistada GOV 15	Contrato	10 anos	Feminino	Superior	Afogados da Ingazeira	Custódia - PE	Analista de Des. Territorial
Entrevistado SIN 16	Eletivo	30 anos	Masculino	Médio	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Vice-Presidente
Entrevistada GOV 17	Contrato	22 anos	Feminino	Superior	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Analista de Des. Territorial
Entrevistada ONG 18	Contrato	10 anos	Feminino	Médio	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Assessora Político-Pedagógica
Entrevistado GOV 19	Estatutário	33,5 anos	Masculino	Superior	Afogados da Ingazeira	Tabira - PE	Fiscal de Desesa Agropec.
Entrevistado GOV 20	Estatutário	2 meses	Masculino	Médio	Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira - PE	Supervisor Regional
Entrevistada ONG 21	Contrato	4,5 anos	Feminino	Superior	Afogados da Ingazeira	Campina Grande - PB	Assessora Político-Pedagógica

* informação omitida pelo entrevistado

Tal amostra pode ser classificada, na taxionomia de Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 405) como amostra guiada por um ou vários propósitos, quando a “escolha dos elementos depende de razões relacionadas com as características da pesquisa”. Daí havermos incluído pessoas vinculadas profissionalmente ao governo estadual, pessoas vinculadas profissionalmente às organizações não governamentais e pessoas vinculadas ao movimento sindical, por exemplo, como se verá adiante.

Dessa forma, o Quadro 2 dá margem à caracterização da amostra, aglutinando alguns elementos.

1.3 Instrumentos de coleta de dados

No intuito de coletar informações que nos viabilizassem compreender o objeto de estudo da presente pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Entrevista semiestruturada;
- Observação direta.

Nesse estudo privilegiou-se o uso do instrumento de entrevista, por propiciar o relacionamento dialógico entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, no intuito de fazer com que estes últimos tivessem a oportunidade de expor suas ideias e vivências em relação às categorias de análises estudadas.

O fato de o pesquisador ter pertencido aos quadros do ProRural por oito anos, entre 2001 e 2009, tendo atuado na Unidade Técnica Regional de Arcoverde – que à época, entre os anos de 2005 e 2006, atendia aos municípios da mesorregião em que se encontra o lócus da pesquisa – permitiu comparar, em certa medida, as transformações no município de Afogados da Ingazeira, mais especificamente aquelas ocorridas em sua sede. Tal fato parece ter conferido certa credibilidade à pesquisa junto aos sujeitos da pesquisa.

Destarte, baseado nos requisitos adotados para selecionar os sujeitos da pesquisa – faixa etária, escolaridade, residência, naturalidade, vínculo profissional, tempo de atuação como extensionista no lócus da pesquisa – definiu-se que em cada entidade visitada, se buscava adequar o perfil dos entrevistados ao atendimento do conjunto dos aludidos critérios.

Como esperado, devido ao reduzido quadro de pessoal dessas entidades que atuam efetivamente como extensionistas rurais, não foi possível atender plenamente a esta expectativa. O quantitativo relativamente elevado de entrevistados que fazem parte da amostra – vinte e um – se justifica pela necessidade de se atingir um nível de heterogeneidade satisfatório, o que resultou na necessidade de se visitar nove entidades.

Dentre as entrevistas concedidas, catorze envolveram atores locais ligados a entidades não governamentais. As outras sete entrevistas incidiram sobre sujeitos que mantêm vínculo empregatício com o Estado.

Os quadros a seguir trazem os dados relativos ao vínculo profissional dos entrevistados:

Quadro 3: Quanto ao segmento

Segmento	Total de Entrevistados
Governamental	7
Não Governamental	14

Quadro 4: Quanto ao tipo de vínculo

Tipo de Vínculo	Total de Entrevistados
CLT	7
Contrato	7
Estatutário	4
Eletivo	3

Quadro 5: Quanto ao tempo de atuação⁸

Tempo de atuação	Total de Entrevistados
Menos de 5 anos	6
6-10 anos	4
11-20 anos	4
Mais de 20 anos	6

Com relação à faixa etária dos entrevistados, e considerando que, dos 21 participantes da pesquisa, um preferiu omitir tal informação, obtivemos a seguinte distribuição:

Quadro 6: Faixa etária dos sujeitos da pesquisa

Faixa Etária	Total de Entrevistados
21 - 30 anos	6
31 - 40 anos	4
41 - 50 anos	7
51-60 anos	3
61 - 70 anos	1

⁸ Tempo de atuação como extensionista rural no município de Afogados da Ingazeira, respondido satisfatoriamente por vinte dos entrevistados.

Com relação ao gênero, contabilizaram-se doze entrevistadas do gênero feminino frente a nove do gênero masculino.

No que diz respeito à escolaridade, dez entrevistados possuem nível superior, quantitativo idêntico ao dos que possuem nível médio. Apenas um entrevistado cursou até o fundamental.

Dos vinte e um sujeitos da pesquisa, dezenove residem em Afogados da Ingazeira, e apenas sete são afogadenses natos.

1.4 Instrumentos de análise de dados

Foram registradas vinte e uma entrevistas de extensionistas rurais com comprovada atuação no lócus da pesquisa. O áudio dessas entrevistas foi transcrito pelo pesquisador na semana seguinte às suas respectivas realizações. Sua materialização resultou em um Caderno de Entrevistas que contém 132 páginas e integra o arquivo pessoal do pesquisador. Nas citações de extratos das entrevistas indicou-se a página onde se encontra aquele extrato. Tal página se refere ao Caderno de Entrevistas aqui referido.

Fundamentado na interpretação das respostas às questões das aludidas entrevistas, procurou-se responder ao problema da pesquisa e atingir aos objetivos propostos.

De maneira intencional, a ausência de uma hipótese previamente elaborada pelo pesquisador se ancora naquilo que Laville e Dione (1999) denominam *construção iterativa de uma explicação*:

O processo de análise e interpretação é aqui fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas. Essa modalidade de análise e de interpretação [...] convém particularmente aos estudos de caráter exploratório quando o domínio de investigação não é bem conhecido pelo pesquisador, apesar de este julgar preferível não elaborar hipóteses *a priori*. Esta é então simultaneamente desenvolvida e verificada, ainda que em parte, em um vaivém entre reflexão, observação e interpretação, à medida que a análise progride (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 227-228).

No decorrer das visitas do pesquisador *in loco*, foi possível acompanhar parte da rotina dos profissionais entrevistados. Foi-nos oportunizado, também, acompanhar uma

reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano de Afogados da Ingazeira (COMDRUR). As observações viabilizadas pela presença do pesquisador nessas ocasiões serviram para enriquecer as interpretações e impressões presentes neste estudo.

No que diz respeito à identificação dos entrevistados, foi assegurado aos mesmos absoluto sigilo de suas identidades. Dessa maneira, cada um deles foi identificado de acordo com a sequência dos seguintes parâmetros: gênero (Entrevistado, gênero masculino; Entrevistada, gênero feminino); ordenamento da entrevista (1, 2, 3, 4...); e vínculo profissional (ONG, para aqueles que mantem vínculo profissional com Organizações Não Governamentais; SIN, para os que possuem vínculo com entidades ligadas a movimentos sindicais; e GOV, para agentes governamentais), resultando em uma codificação como a do exemplo a seguir: *ENTREVISTADA 8 SIN*.

Embora situado em um contexto majoritariamente rural, Afogados da Ingazeira apresenta traços de um perfil que tende a ser classificado como urbano. Sua população rural corresponde a meros 1/5 da população total do município. Por sediar um quantitativo relativamente grande de entidades que atuam em atividades correlatas àquelas da Extensão Rural, a atuação dos extensionistas rurais que atuam nas entidades visitadas pelo pesquisador, não raro, transcendem os limites do município.

Os sujeitos da pesquisa atuam, seja no perímetro de Afogados da Ingazeira ou em sua circunvizinhança, em comunidades rurais. Dentre as atividades desenvolvidas, podemos destacar algumas, como defesa sanitária, educação no campo (com ênfase nas atividades agrícolas, tecnologias sociais e convivência com o semiárido), mediação de conflitos e acompanhamento de execução de subprojetos.

2. SOBRE TERRITÓRIO

2.1. Da pertinência dos estudos sobre o território para a Extensão Rural

O presente capítulo propõe uma reflexão acerca da pertinência de se aprofundar o debate sobre território na conjuntura da Extensão Rural praticada no Brasil, haja vista a constante e intensa utilização do Território como unidade básica de planejamento nas recentes políticas públicas brasileiras de desenvolvimento. O aprofundamento e a revisão do conceito de território, bem como os sentidos que lhes são atribuídos por extensionistas rurais parecem ser objetos de interesse científico, uma vez que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele análise social” (SANTOS, 1998, p. 15).

O extensionista rural que compreender determinadas especificidades do território em que atua tenderá a qualificar e adequar sua lida com os atores locais, uma vez que o desenvolvimento de um território está intensamente ligado às suas peculiaridades econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Para se entender a importância imputada ao território na contemporaneidade, seja no âmbito acadêmico, seja na formulação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para os contextos rurais, entendemos que é preciso resgatar a evolução histórica de seu conceito. Andrade (1998, p. 214) nos diz que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”.

Para além de um conceito geográfico e político que está atrelado à ideia de poder e domínio, o aprofundamento dos conhecimentos sobre território possibilita um maior entendimento das ideias ligadas a abordagens políticas, sociais, econômicas e culturais.

Tanto as estratégias de desenvolvimento adotadas no Brasil, nos últimos anos, quanto uma diversidade de campos do saber, tem adotado os novos conceitos e usos atribuídos ao território, desatrelando-o, de alguma maneira, das formulações clássicas e intrínsecas à Geografia, transformando-o em objeto de estudo transdisciplinar e instrumentalizando-o, adaptando-o às demandas das recentes políticas públicas de desenvolvimento.

Destaca-se o desafio de selecionar autores cujos trabalhos desenvolvidos possibilitassem discussões cognitivas e conceituais do que vem a ser território, de forma a confrontá-los com a conduta profissional dos sujeitos da pesquisa. Longe da pretensão de querer dar conta de todos os trabalhos produzidos sobre a temática, trazemos, a partir da leitura e revisão bibliográfica, a proposição de algumas discussões contemporâneas, buscando propor um diálogo entre os autores referenciados.

2.2. Ubíquo e transdisciplinar

A disseminação dos estudos sobre o território – outrora classicamente à Geografia, ciência pioneira na utilização do conceito, em que o território frequentemente é atrelado a espaço e relações de poder – em diversos campos do saber parece ser um fenômeno relativamente recente. Este espraiamento, mais do que conferir ao território um caráter polissêmico e transdisciplinar, parece ter potencializado sua aplicabilidade não apenas nas ciências nas quais passou a se tornar objeto de estudo, como também em formulações e ações de políticas públicas, uma vez que o território passa a ser encarado, no cenário brasileiro contemporâneo, como uma categoria analítica (NIEDERLE, 2014).

O enriquecimento do debate sobre o território pode ser visto, por exemplo, nas Ciências Humanas e Sociais, que veem no território um espaço onde os seres humanos, divididos em grupos sociais, interagem; e nas Ciências Naturais, em que o território tende a ser utilizado como identificador de *habitat*, bioma ou ecossistemas para os seres vivos (LIMA et alli, 2015).

2.3. Formulações clássicas

Parece-nos apropriado destacar aqui, em um breve resgate histórico, alguns estudiosos cujas ideias reconhecidamente representam marcos na trajetória dos conceitos e usos do território, desde sua gênese – enquanto objeto de estudo científico – até as ideias que inspiraram os recentes processos de instrumentalização e normatização a ele atribuídos, sobretudo nas políticas públicas de desenvolvimento.

Sobre o surgimento do conceito de território, autores clássicos remetem ao ano de 1871, época em que as formulações do geógrafo alemão Friedrich Ratzel sobre

território aconteciam simultaneamente à unificação alemã e à instituição da Geografia como disciplina nas universidades europeias.

Ratzel partiu da ideia de que havia um estreito elo entre o solo e o Estado. Acreditava que o território estaria intrinsecamente atrelado ao Estado e o concebia como uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Para Ratzel, o elemento fundador formador do Estado teria sido o enraizamento de comunidades que utilizavam as potencialidades dos recursos naturais de um território, com a tecnologia então disponível. Estas primeiras formulações foram imprescindíveis para dissociar o conceito de território dos de espaço ou de lugar. Inspirado no positivismo, o pensamento ratzeliano, base da escola alemã de Geografia, associa território à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área, e ao poder estatal. (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004; RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 1998; LAVILLE & DIONNE, 1999).

As ideias ratzelianas, embora não tenham se tornado obsoletas, se depararam com a contraposição posta, sobretudo, pelas teorias do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, um dos pilares da escola francesa de Geografia conhecida como possibilismo.

Os trabalhos de Vidal La Blache se efetivaram no final do século XIX e início do século XX e traziam em seu escopo a noção de região como contraponto à de território. O possibilismo francês e o conceito de região foram preponderantes em relação aos demais conceitos espaciais, causando o descrédito do território enquanto conceito explicativo da realidade. Trata-se de uma abordagem da geografia que “[...] permitiria a melhor compreensão das múltiplas inter-relações entre os seres humanos e seu habitat, bem como a explicação do jogo dessas inter-relações e suas consequências em uma perspectiva global” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 69).

Para Vidal de La Blache, a preocupação com o espaço-região era essencial: se pensavam as regiões a partir de seus atributos naturais – clima, relevo, infraestrutura. (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004).

Apenas no final do terceiro quarto do século XX o conceito de território voltou ao debate acadêmico, com especial destaque para o geógrafo francês Jean Gottmann⁹.

⁹ Nascido na Ucrânia, autor da obra *The significance of territory*, publicada em 1973

Em que pese o fato de suas análises estarem intrinsecamente ligadas ao contexto da parcela ocidental do globo daqueles idos, Gottmann centrava sua abordagem no significado de território para as nações. Para este autor, a relação das pessoas com o seus territórios se apresenta de diversas formas, citando como exemplo, as dimensões geográficas, políticas e econômicas.

Coadunando com as ideias de Ratzel, Gottmann preconizava que o significado de território foi-se modificando com o passar do tempo. No contexto da realidade mundial analisada pelo geógrafo estadunidense – início dos anos 1970 – a fluidez resultante, sobretudo, dos grandes avanços tecnológicos do século XX, potencializou a circulação de pessoas e objetos – produtos, mercadorias – a todos os lugares do planeta, apontando para as integrações entre países. Esta mesma fluidez, para Gottmann, também apontava novas possibilidades de se estudar o território. (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004).

Ao classificar como *Geografia unidimensional* a maneira de se estudar o território sob o prisma do poder estatal, o geógrafo suíço Claude Raffestin foi de encontro à perspectiva ratzeliana. As ideias de Raffestin servem como alternativa o território estatal proposto por Ratzel. Defendem a existência de múltiplos poderes.

Na perspectiva de Raffestin, o território pode ser entendido como a manifestação espacial do poder baseada em relações sociais determinadas pela presença de energia (ações e estruturas concretas) e de informação (ações e estruturas simbólicas). Tal compreensão permite pensar o processo de territorialização / desterritorialização / reterritorialização (T-D-R), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação.

Território estaria intrinsecamente ligado à ideia de poder, fosse este estatal ou público, ou emanado das empresas transnacionais, cujo alcance ignora e transpõe as fronteiras políticas. A existência – ou não – de símbolos e/ou de significados resultar no surgimento de novos territórios (territorialização), em sua destruição (desterritorialização) ou sua reconstrução (reterritorialização).

Para Raffestin, o espaço é anterior ao território. Este segundo se forma a partir do primeiro, sendo o resultado da ação de um ator que *territorializa* o espaço. (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004; RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 1998).

Algumas argumentações construídas por Raffestin na Suíça, desde os anos 1970, em favor da multidimensionalidade do território foram fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao explicar suas teorias sobre o desenvolvimento do capitalismo, o sociólogo francês Henri Lefebvre distingue duas categorias de análise – espaços dominados e espaços apropriados – e termina por evidenciar a diferenciação entre território¹⁰ e lugar. Enquanto os territórios apropriados seriam aqueles utilizados para servir às demandas da coletividade, possibilitando uma *apropriação* simbólica, identitária e funcional desses espaços – portanto, uma apropriação que só pode ter início no *lugar* de cada indivíduo – os territórios dominados seriam aqueles espaços transformados e quase sempre fechados (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004).

O conceito de território, no cenário acadêmico brasileiro, teve como divisor de águas, no início dos anos 1980, o trabalho de pesquisa da geógrafa brasileira Bertha Becker¹¹, para quem as organizações supranacionais se impunham ao poder estatal. Para Becker, “[...] face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais”. (BECKER, 1983, p. 7, apud SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004).

Os estudos sobre território, no Brasil, também contam com as inestimáveis contribuições de estudiosos como Milton Santos (*A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção; Por Uma Outra Globalização; Espaço e Método*), Manuel Correia de Andrade (*A Terra e o Homem no Nordeste; Formação Territorial e Econômica do Brasil; A Questão do Território no Brasil*) e Rogério Haesbaert (*O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*).

¹⁰ Schneider e Tartaruga lembram que Lefebvre não faz uso da terminologia território, e sim de *espaço*, embora estivesse tratando, no contexto da obra, das relações de poder.

¹¹ Autora do artigo *O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo*, publicado em 1983.

2.4. Território na perspectiva do Estado brasileiro no século XXI

No final da década de 1990 e especialmente a partir do ano de 2003, com a criação da SDT, órgão vinculado ao MDA, foi incorporada pelo Estado brasileiro a dimensão espacial do desenvolvimento rural, tornando obsoleta a dinâmica regional até então adotada. Para o MDA, território é conceituado como

[...] Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005, p. 28).

A definição acima parece reunir as características daquilo que Pecqueur (2005, p. 13) classifica como *território construído* que, embora não fuja do viés normativo e instrumental, “[...] resulta de um processo de construção pelos autores. O território não é postulado, é constatado *a posteriori*”. Seu contraponto seria, segundo o mesmo autor, o *território dado*:

O território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, *postula-se o território* como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território *a priori*; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas suporte. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc. (PECQUEUR, 2005, p. 12-13. Grifos do autor).

Em ambas as definições, o território se mostra como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder – muitas vezes, mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado” (HAERSBAERT, 2004, p. 91).

Intencionando subsidiar um melhor entendimento dos pontos que serão abordados doravante, trabalhamos, até o presente, um breve levantamento histórico de algumas das principais contribuições de autores cujos trabalhos constituem marcos na trajetória dos usos e conceitos atribuídos ao território, bem como uma sucinta ponderação tomando por base uma definição atribuída pelo Estado brasileiro, neste século, à referida categoria analítica.

2.4.1. Território: do que se fala, enfim?

Ganha visibilidade nas duas últimas décadas como uma noção que permitiria uma explicação da importância do contexto e do espaço social como fator de desenvolvimento o conceito de abordagem territorial.

A Geografia inequivocamente alude o território às relações de poder no espaço, ao passo em que, na abordagem territorial, seus sentidos parecem apontar para uma preocupação instrumental e normativa. O território passa a ser entendido como uma unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal. A maneira como o território classicamente é estudado na Geografia, por conseguinte, difere do debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, especialmente nas políticas públicas de desenvolvimentos voltadas para o rural. (SCHNEIDER, 2009).

Alguns debates sobre desenvolvimento neste início de século, especificamente aqueles voltados para os contextos rurais populares, tem buscado novos enfoques, sobretudo para contemplar e dar pertinência a questões contemporâneas como sustentabilidade socioambiental e participação popular. Intencionando incorporar estas novas dimensões, estudiosos tem proposto que o desenvolvimento enfatize a localização dos territórios e suas dinâmicas. As abordagens territoriais do desenvolvimento rural surgem, pois, dessas inquietações. (PEREIRA, 2011).

Sobre as inquietações acerca dos usos atribuídos ao território, especificamente a partir de meados dos anos 1990, vale destacar a reflexão de Raynault (2014), para quem

O uso da palavra “território” tem se generalizado amplamente durante as duas últimas décadas. Isto a tal ponto que se tornou bastante banal – *quase passe-partout* – sem que se questionasse suficientemente sobre os deslizes no seu significado que se operam enquanto se ampliava o leque das utilizações dela feitas. É justamente quando o uso de uma palavra tende a se banalizar, tornando-se corriqueiro, que se corre o risco de chegar a ambiguidades e desentendimentos que podem ser perniciosos, especialmente quando a mesma assume o papel de palavra-chave, de emblema, de estratégia norteadora de uma ação pública [...]. (RAYNAULT, 2014, p. 56. Grifos do autor.).

Para além de mera projeção espacial dos processos rurais, o interesse em estudar a dimensão espacial – principalmente nas esferas econômica, social, política, ambiental e institucional – parece perceptível nas tentativas engendradas por estudiosos de vários campos do saber ao buscar desvelar o porquê do desenvolvimento de determinados territórios rurais se dá concomitante com o declínio de outros.

O desenvolvimento com enfoque territorial – tema que será aprofundado no próximo capítulo – trouxe consigo um modo de ação que valoriza determinadas características – sociais, políticas, culturais, ambientais – das comunidades locais, bem como dos atores sociais ali residentes, por se mostrar compatível com as noções de governança e de concertação social, entendidas pelos estudiosos do tema como fatores basilares para definir o novo papel das organizações e instituições locais, como atestam Schneider e Tartaruga (2004):

[...] Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial. Desse modo, assiste-se a uma verdadeira instrumentalização do território, quer seja através da abordagem das transformações produtivas que partem das mudanças na economia industrial para mostrar que estes processos possuem uma territorialidade, ou através do enfoque político e institucional que busca mostrar que o território torna-se a nova unidade de mediação entre o espaço e os atores locais e as demais esferas regionais e nacionais. Tanto num caso como noutro, o território deixa de ter um sentido heurístico e conceitual, conforme apontado anteriormente, e assume a condição de uma abordagem ou um enfoque. (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 13).

Nesse sentido, Abramovay (2009) afirma que possuir uma visão territorial do desenvolvimento pode trazer à tona potenciais que até os dias atuais os contextos rurais não revelaram à sociedade. O rural pode servir como base de um conjunto diversificado de atividades e mercados potenciais. No entanto, para tal, será necessário que o rural não seja encarado como mero receptáculo de sustentação geográfica de um setor produtivo da economia.

Para Niederle (2014, p. 104), “[...] o enfoque territorial define o território de modo instrumental, como uma variável-chave aos processos de desenvolvimento”. (NIEDERLE, 2014, p. 104).

Nessa perspectiva, Wanderley qualifica a abordagem territorial como um processo que resulta na construção do próprio território, para além de métodos ou de meros procedimentos operacionais. A abordagem territorial, para a autora, “[...] se fundamenta numa concepção teórica e política do desenvolvimento rural, em suas múltiplas dimensões”. (WANDERLEY, 2014b, p. 339).

As ideias que envolvem abordagem territorial parecem ter boa aceitação entre gestores públicos e formuladores de políticas públicas no Brasil, embora, entre os

estudiosos do tema, ainda gere debates cujas ponderações nem sempre convergem, como se poderá conferir nos parágrafos seguintes.

2.4.2. Instrumentalização e normatização do território

A definição conferida à abordagem territorial pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT, do MDA, parece corroborar com este processo que tende a preterir o caráter conceitual e heurístico do território, preferindo enxergá-lo sob os vieses da instrumentalização e da normatização:

A abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos (BRASIL, 2016, s/p).

Somem-se a isso duas questões expressas nas diretrizes da aludida Secretaria: uma que diz respeito à adoção da abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do desenvolvimento rural sustentável; e outra que remete à compreensão sobre território que a SDT e, por conseguinte, o MDA adota: “Compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2016, s/p).

Veiga (2003), por sua vez, ressalta o caráter multiescalar do território: Uma vez que o mesmo não se restringe a um fenômeno local, nem regional, nem nacional nem ou mesmo continental, podendo abarcar, simultaneamente, todas essas dimensões. Utilizando-se de um modelo contemporâneo, o autor traz o exemplo francês, em que

[...] foi uma comissão interministerial de *ordenamento do território* que preparou um projeto de orientação para o *desenvolvimento do território*, fato considerado como marco de uma virada. Basicamente porque o ordenamento seria algo *consentido, outorgado e redistributivo*, enquanto o desenvolvimento seria *desejado, partilhado e produtor de riquezas*. (VEIGA 2003, p. 286. Grifos do autor).

No contexto brasileiro, os usos e conceituações desse território instrumentalizado e normatizado, já incorporado pelas políticas brasileiras de desenvolvimento, parecem apresentar fragilidades, dentre as quais Brandão (2007) elucida algumas, ao asseverar que a territorialização das intervenções públicas é tida

como *panaceia* para todas as questões que envolvem desenvolvimento, como se todos os atores sociais estivessem dissolvidos em determinado recorte territorial. O autor sugere haver uma alternativa por substituir o Estado por novas forças sociopolíticas, e estas passariam a ser chamadas de território. Brandão continua a reflexão crítica àquilo que é por ele nominado de *coisificação* do território:

Muitas vezes estão ausentes ou ‘mal abstraídas’ questões estruturais. Propugnam-se receitas genéricas, descurando, por exemplo, das especificidades de um contexto de país subdesenvolvido, continental, periférico e com uma formação histórica da escala local bastante peculiar. [...] Negligencia-se, claramente, o papel, por exemplo, do Estado na provisão de infraestrutura, tanto *hard*, quanto *soft*, que penso, ainda são importantes fatores de estruturação de dinâmicas. [...] O território que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção é posto como ente mercadejado e passivo, mero receptáculo. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma *coisificação* e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo. (BRANDÃO, 2007, p. 49-50. Grifos do autor).

Para Santos (2006, p. 154), “Território e mercado são conceitos xifópagos, em sua condição de conjuntos sistêmicos de pontos que constituem um campo de forças interdependentes”. Para o autor, o território se configura como um dado de uma harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, que seriam as grandes empresas e os Estados.

Estes territórios – utilitários e funcionais, dentro de uma razão instrumental – serviriam para controlar os processos naturais e sociais por meio de técnicas, submetendo-os ao interesse da produção, o que parece permitir concluir que o conceito de território contempla as mais variadas escalas, formas e manifestações, desde uma vila rural a uma área de atuação de uma empresa transnacional.

2.4.3. Território e participação

Fatores como o redimensionamento do papel das instituições e o aumento da importância das esferas infranacionais do poder público suscitam novas unidades de referência. Tais mudanças facilitam a ação estatal e possibilitam sua permeabilidade no que se refere à participação. O território, pois, assume o papel de principal unidade de referência e mediação das ações do estado. (PEREIRA, 2011).

Reynault (2014) ressalta a possibilidade que a noção de território oferece no que diz respeito a um suporte conceitual apropriado para se pensar a participação. Para o estudioso,

[...] o sucesso excepcional encontrado pela noção de território [...] remete ao fato de ter-se beneficiado de convergências com outros questionamentos, relativos à vida social, à economia, ao desenvolvimento rural – convergências que vieram enriquecer o conteúdo da noção e ampliar grandemente o seu domínio. O território trona-se, então, um instrumento político com duplo objetivo: a) Criar as condições de uma participação da sociedade civil rural à elaboração das políticas públicas; b) Reequilibrar as capacidades desiguais das várias faixas sociais e econômicas da própria sociedade rural pra fazer ouvir sua voz e tomar em conta suas reivindicações. (RAYNAULT, 2014, p. 64-65).

Wanderley (2014b) nos lembra que o território também pode ser, para alguns, um método, um instrumento pelo qual as políticas públicas chegam ao plano local, sob a perspectiva da governança territorial, uma via que vai da construção dos programas e matrizes de ação no plano federal até sua recepção pelas instituições territoriais. A autora, no entanto, alerta que “[...] seguir esse percurso – do Orçamento da União pra os executores das ações e destes para os beneficiários – não garante necessariamente que os objetivos a que se propõe o programa sejam alcançados” (WANDERLEY, 2014b, p. 338).

Apesar disso, o território tem seu papel importante no que tange às políticas públicas.

2.4.4. Território como indutor das políticas públicas de desenvolvimento

Ao idealizar o território como escala de ação apropriada para empreender políticas públicas diferenciadas, conforme sugerido por Delgado e Leite (2011), os estudos sobre as conceituações e usos do território tenderão a apontar disputas entre estratégias de desenvolvimento distintas e mesmo opostas entre si, como, por exemplo, “[...] aquela que acentua o processo de crescimento econômico com forte vocação exportadora na área agrícola ou, ainda, outra que valorize os processos de desenvolvimento sustentável aliado à ideia de justiça e/ou equidade social” (DELGADO e LEITE, 2011, p. 431).

O direcionamento das políticas territoriais que visam à diminuição das assimetrias sociais, no caso brasileiro, tendem a acudir as populações residentes em espaços considerados rurais. No entanto, em que pese os critérios técnicos e mesmo científicos, parece haver outros de ordem histórica e cultural, uma vez que

Os espaços rurais sempre foram vistos como áreas com pouco adensamento populacional, sinônimo de atraso em relação ao urbano que oferecia maiores oportunidades de trabalho, moradia, assistência e saneamento básico. As atividades econômicas desenvolvidas – agricultura e pecuária - não garantiriam o sustento de todos os que optassem em permanecer no campo, além de serem consideradas atividades penosas, exigindo força e dedicação constante e baixa remuneração. (LIMA et alli, 2015, p. 7).

Estudiosos como Wanderley (2014), já citada, por sua vez, ensejam certo entusiasmo com as recentes políticas públicas adotadas no Brasil voltadas para os contextos rurais populares. Para a autora, essas políticas condizem com alguns preceitos da abordagem territorial e se mostram relevantes na valorização da democracia e da cidadania, além de promover o desenvolvimento. No entanto, a autora é enfática ao apontar algumas limitações e desafios postos às políticas públicas territoriais em espaços compostos por tão débil capital social:

[...] os principais desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas de caráter territorial: a fragilidade dos recursos humanos e naturais predominante nas regiões rurais, apesar da existência de forte identidade cultural e da tradição de solidariedade; a persistência da concentração fundiária; a prevalência, até então, da visão setorial do desenvolvimento em detrimento do enfoque territorial [...]. (WANDERLEY, 2014, p. 90).

O Programa Territórios da Cidadania, por exemplo, parece servir como referência de política pública com enfoque territorial, como veremos a seguir.

2.5. Programa Territórios da Cidadania - PTC

O Programa Territórios da Cidadania, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto¹² de 25 de fevereiro de 2008, é uma das ações do Governo Federal com o claro objetivo de mitigar as desigualdades e superação da pobreza no país, através de estratégias que envolvem geração de trabalho e renda no meio rural, adotando-se, para

¹² Decreto não numerado, conforme se pode verificar no endereço eletrônico <http://www.spm.gov.br/sobre/legislacao/decretos-nao-numerados>.

tal, um modelo de desenvolvimento sustentável com enfoque territorial. Como nos dizem Delgado e Leite (2011):

“[...] especificamente, o programa visa à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração das políticas públicas. Também se propõe ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania” (DELGADO e LEITE, 2011, p. 434).

Por demandar esforços que envolvem ações setoriais de distintos ministérios em articulações que tendem a acontecer em uma escala efetivamente territorial, os autores alertam para as dificuldades de se construir o processo de gestão social:

Muito mais que a mera somatória de ações e dotações orçamentárias dos ministérios sobre um mesmo espaço social, trata-se de pensar a lógica da territorialização e governança de políticas a partir de um encontro de ações *bottom-up*, pelos atores locais – agora não necessariamente agrários – com aquelas *top-down*, também não necessariamente setoriais. Por outro lado, nunca é demais lembrar que a vigência dos processos e políticas de gestão territorial deve comportar uma recuperação da bagagem histórica sobre os quais os mesmos se assentam, o caráter ativo da participação dos atores e, em particular, da própria intervenção do Estado. (DELGADO e LEITE, 2011, p. 436).

Na nomenclatura utilizada por esses autores, ações *top-down* e *bottom-up* são expressões que podem ser traduzidas, respectivamente, como *de cima para baixo* e *de baixo para cima*, e dizem respeito, principalmente, à gênese de sua formulação: enquanto as primeiras emanam do poder público ou dos formuladores de políticas públicas, as segundas se originam das demandas populares.

O PTC parece ter se transformado em referência quando o assunto diz respeito a gestão territorial. Conduzido pelo Governo Federal, o Programa intenciona dialogar com os demais entes federados de maneira intersetorial e participativa, e tende a “[...] consolidar o território como unidade de planejamento, gestão social das políticas públicas e também como instrumento de integração e ação interfederativa” (RAYNAULT, 2014, p. 7).

O PTC parece também renovar o entusiasmo daqueles que veem nesse tipo de iniciativa uma grande oportunidade para articular as políticas que tem por objetivo o fortalecimento da agricultura familiar.

Igualmente entendem a formulação do PTC como uma concepção diferenciada de método territorial, opinião corroborada por Wanderley (2014), para quem o enfoque

territorial evocado pelo PTC é um método de ação “[...] que favorece a articulação das políticas públicas – além de reforçar o seu impacto no plano territorial – e o reconhecimento da capacidade dos atores locais de formular e expressar, com legitimidade, suas demandas” (WANDERLEY, 2014b, p. 339).

Construídos a partir de critérios sociais, culturais, geográficos, econômicos e políticos, os territórios do PTC parecem se articular com outros programas sociais criados pelo Governo ao longo desta década. Para Raynault (2014), essas ações propiciaram um ambiente favorável ao desenvolvimento rural com abordagem territorial. O referido autor cita como exemplo o *Programa Mais Médicos*, “[...] cujos dados relativos à distribuição das equipes indicam que mais de 4.337 equipes estão presentes nos territórios da cidadania” (RAYNAULT, 2014, p. 19).

Então, a relevância do PTC enquanto estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo Federal nestes últimos anos parece apontar para dois caminhos: o primeiro, que ratifica a predileção de gestores públicos e de formuladores de políticas públicas por um território instrumentalizado e normatizado; e o segundo, que aponta para a primazia da utilização do território como principal unidade de referência para as políticas públicas de desenvolvimento, diminuindo, em certa medida, a importância do outrora aclamado viés setorial.

2.6. Marco Jurídico: demanda brasileira para o Século XXI?

A inexistência de um marco jurídico específico para as questões relativas às políticas de desenvolvimento territorial, conforme alerta Niederle (2014), induz muitos estudos a questionarem se o Estado brasileiro, considerando a cultura política e administrativa do país, apresenta condições de comportar essa guinada na maneira de se formular políticas públicas de desenvolvimento.

Citando a geógrafa brasileira Bertha Becker, Niederle (2014, p. 104) lembra que uma análise do território “[...] implica no reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais, e sua necessidade de alterar o conceito de Estado”.

Nessa perspectiva, a noção de território transcende os limites e fronteiras espaciais. Mais do que os Estados-Nação, os territórios passam a abranger “[...] o poder

de diferentes atores manifestado em distintas espacialidades sobrepostas. O território torna-se um emaranhado de redes articulando múltiplas escalas espaciais” (NIEDERLE, 2014, p. 104).

Estudiosos como José Eli da Veiga classificam o Decreto-Lei no. 311, de 1938, que trata das questões relativas à divisão territorial do Brasil, como anacrônica e obsoleta. O economista brasileiro nos lembra de que na virada do século, a vigente delimitação de caráter inframunicipal dos territórios urbanos adotada pelo Brasil só encontrava similitude em um número ínfimo de países, tais como Guatemala, El Salvador, Equador e República Dominicana, todos latino-americanos e com dimensões físicas de improvável comparação com a incomensurável realidade brasileira. Assim como os países acima citados, o Brasil considera urbanos os habitantes de qualquer sede municipal, mesmo que tais localidades pertençam a ecossistemas menos artificializados. (VEIGA et alli, 2001).

3. SOBRE DESENVOLVIMENTO

Neste Capítulo abordaremos algumas apropriações intrínsecas ao desenvolvimento. Para tal, foi realizada, por meio de pesquisa bibliográfica, uma breve revisão teórica sobre algumas adjetivações próprias do desenvolvimento, dentre aquelas que mais se assemelham ao objeto da presente pesquisa.

A ciência tem se deparado cada vez mais com a necessidade de dar conta da compreensão de objetos que à medida que são estudados, se tornam mais complexos. Com os estudos sobre desenvolvimento parece não ser diferente, pois se caminha para uma maneira de pensar o desenvolvimento separando seu objeto de estudo em partes, na tentativa de melhor compreendê-lo. Daí o aparecimento das adjetivações, que tornam possível a tessitura de peculiaridades daquele objeto complexo.

Não obstante a linha de pesquisa adotada e o próprio POSMEX serem específicos ao trazerem o desenvolvimento local em seu nome, entendemos que o objeto de estudo da presente pesquisa envolve outras nuances do desenvolvimento, que naturalmente dialogam com o desenvolvimento local, mas que precisam ser consideradas. Um caminho para tal perspectiva parece ser o esforço de compreensão da própria categoria desenvolvimento, abstendo-se inicialmente de qualquer campo de aplicação. É o que se tentará, seguindo-se tentativas de qualificações.

3.1. Evolução do conceito de desenvolvimento

As primeiras reflexões sobre o desenvolvimento nasceram, no âmbito das ciências sociais e eram relacionadas “[...] inicialmente, ao Iluminismo no século XVIII, e ao Positivismo e à sua ideologia do progresso, no século XIX” (NASCIMENTO, 2000, p. 97).

O conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo associado ao crescimento econômico. Mendes (2009) esclarece que durante esse período

Era suposto que o aumento de riquezas poderia melhorar as condições de vida da população, embora conceitualmente, desenvolvimento e crescimento não tenham o mesmo significado, podendo, inclusive serem conduzidos de forma oposta. (MENDES, 2009, p. 50).

A geração de riquezas era conflitante com o uso dos recursos naturais, no entanto as externalidades negativas destes não eram então consideradas. Neste cenário,

“[...] a marcha do desenvolvimento correspondia a um ritmo acelerado de crescimento econômico, difusão de tecnologia, acumulação de capital, exploração do trabalho e desejo por incrementar o consumo per capita” (MENDES, 2009, p. 50).

No entanto, os abusos cometidos em nome do crescimento econômico, para além de sua faceta nefasta, podem ter servido para redimensionar a noção de desenvolvimento, induzindo a sociedade a enxergá-lo além da mera acumulação de recursos materiais. Doravante, passou-se a vislumbrar a necessidade de lutar pela manutenção dos ecossistemas do planeta, sem abrir mão da luta pela redução das desigualdades sociais.

Contemporaneamente, há uma infinidade de variáveis que envolvem as formas de apropriação da ideia de desenvolvimento, cuja intensidade pode ser traduzida no quantitativo de adjetivos que acompanham o termo ao longo de sua trajetória: econômico, territorial, sustentável, rural, local, industrial, humano, alternativo, social, ambiental e urbano, para citar alguns. Para Miranda (2012, p. 124), “A metáfora do desenvolvimento se tornou uma hegemonia global da história ocidental, impossibilitando aos povos com culturas diferentes e diversas de definirem de forma autônoma sua própria vida social”. Voltando as atenções para o *termo* desenvolvimento, a autora nos diz que

O termo passou a fazer parte da linguagem popular no século XIX, com a palavra desenvolvimento absorvendo uma variedade de significados, o que dissolveu a precisão do que seja realmente desenvolvimento. [...] o termo está firmemente estabelecido no imaginário popular e intelectual; não consegue ser dissociado das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação, ou seja, o termo tem sempre um sentido de mudança para melhor, é a palavra mágica que tem o poder de resolver todos os problemas que nos afligem. (MIRANDA, 2012, p. 124).

Partindo dos entendimentos que se tinham sobre este tema a partir do século XX, Kageyama (2008) afirma que a concepção de desenvolvimento como evolução e progresso foi preponderante até o Século XIV. Em seguida, ganhou um viés de utopia, antes de ser associada à ideia de crescimento. Para a autora,

O dinamismo econômico passou a ser tratado como sinônimo de melhoria nos indicadores sociais e crescimento passou a ser identificado com *desenvolvimento econômico*. Só mais recentemente, ante a evidente erosão dessa identidade, a noção passou a incorporar explicitamente os indicadores de bem-estar (na forma de desenvolvimento humano,

expresso no conhecido IDH) e os indicadores de sustentabilidade ambiental, sob a expressão desenvolvimento sustentável. (KAGEYAMA, 2008, p. 52, grifos da autora).

Ricardo Lemos considerou também as mudanças na concepção de desenvolvimento processadas nos anos 1970, sobretudo com a Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU em Estocolmo e aquelas resultantes

da conjunção de contestação de um pensamento a-histórico e meramente instrumental em prol de uma visão holística sobre a questão do desenvolvimento (FURTADO) e todas as perspectivas positivas e os problemas causados e /ou intensificados pela globalização econômica fomentaram em meados da década de 90 a elaboração de teorias sobre o desenvolvimento que buscam ser alternativas ao pensamento economicista hegemônico. (LEMOS, 2006, p. 133)

E continua o autor, afirmando que essas teorias de desenvolvimento alternativo,

embora reconheçam a importância instrumental do dinamismo econômico (FRIEDMAN), questionam principalmente a ênfase exclusiva nos objetivos econômicos (SANTOS) – principalmente ao crescimento via industrialização (CYPHER & DIETZ) – em detrimento de objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática nas tomadas de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio-ambiente (SANTOS). (LEMOS, 2006, p. 133).

Lemos também acrescenta que mais recentemente se chegou a um ponto onde se caracteriza o desenvolvimento acima de tudo como

Um conjunto de processos multidimensionais, processos que contemplam várias facetas das relações sociais [...] que seja dotado de finalidade social justificada no postulado ético da solidariedade entre gerações, equidade concretizada num contrato social (SACHS). [...] processo de construção de uma civilização do ser na partilha equitativa do ter (LEBRET); ou seja, um processo libertador de energias criativas (FURTADO) a serviço de postulados éticos que objetivam a realização do gênero humano. (LEMOS, 2006, p. 134).

Mais adiante, retomaremos a noção de desenvolvimento alternativo.

Enfim, Georges Benko, a propósito de desenvolvimento, considera que o mundo nos últimos cinquenta anos conheceu um crescimento sem precedente, embora tal crescimento não tenha atingido considerável parte da população mundial. E ele considera, frente a estatísticas que indicam que mais de 1,5 bilhão de indivíduos tem menos de um dólar por dia para viver e 3,0 bilhões menos de dois dólares:

Apesar dos inegáveis progressos, o acesso ao mínimo vital de alimentação, de água potável, acesso à saúde, à educação, ao respeito da dignidade humana, assim como à segurança individual e coletiva, à liberdade na democracia, ao estabelecimento do Estado de Direito permanecem como problemas maiores no mundo (BENKO, 2006, p. 269 – tradução livre do autor).

Considerando esse caráter ubíquo do desenvolvimento, nos debruçaremos, a seguir, sobre as perspectivas mais condizentes com os propósitos derivados do problema e dos objetivos da presente pesquisa.

3.2. Perspectivas do desenvolvimento no Brasil

Tanto os registros da literatura especializada quanto a consagração do termo pelo senso comum apontam para uma constante e vigorosa renovação da ideia de desenvolvimento. Seu caráter multidimensional tende a promover essa metamorfose, se considerarmos não apenas a quantidade, mas a discrepância entre os interesses desencadeados por um mesmo marco: O desenvolvimento parece mover os interesses tanto dos detentores do capital quanto daqueles que se opõem ao capitalismo; atende àqueles que dele se valem como meio para acumulação e poder político-econômico, ao mesmo tempo em que é um dos principais objetivos de quem luta por equidade social (RIBEIRO, 2008).

Longe de querer promover quaisquer ideias que possam soar como uma taxonomia das teorias e modelos de desenvolvimento enfatiza-se, a seguir, um conjunto predeterminado daquelas perspectivas que possuem alguma relação com o objeto de estudo desta pesquisa, quais sejam: desenvolvimento territorial; desenvolvimento rural; desenvolvimento alternativo; desenvolvimento local; desenvolvimento econômico; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento ambiental; desenvolvimento social; e desenvolvimento humano.

3.2.1 Desenvolvimento territorial

A dinamicidade dos territórios e a multidimensionalidade do desenvolvimento desatrelam, em certa medida, o desenvolvimento territorial da preeminência do poder público. Não há como implantar o desenvolvimento territorial por decreto, por se tratar de um processo de construção mantido pelos atores sociais. Políticas públicas adequadas são instrumentos que podem vir a estimular esses atores (PECQUEUR, 2005).

As estratégias do desenvolvimento territorial, que Pecqueur (2005) nomina de mecanismo de territorialização, se baseiam no princípio de especificação dos ativos, que é a procura pelos recursos próprios do território que o diferenciarão em relação aos territórios vizinhos antes de se preocupar com a concorrência por produtos padronizados. Para Pecqueur (2005), o que diferencia o desenvolvimento territorial é a constituição de uma entidade produtiva num dado espaço geográfico. O autor concebe o desenvolvimento territorial como

[...] todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território. [...] Sua característica principal é a instalação de um processo inscrito na história longa, de construção pelos atores, e não, apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes. Em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, *e é nisto que constitui uma inovação.* (PECQUEUR, 2005, p. 12, grifos do autor).

Com relação às estratégias desse modelo de desenvolvimento, Delgado e Leite (2011) apontam três componentes para se analisar – e tentar superar – os obstáculos à articulação entre políticas e instituições:

[...] (a) os programas governamentais de distintas procedências; (b) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território; e (c) o empoderamento dos diversos atores e agências institucionais presentes nesses espaços e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e instituições, e seus reflexos no desenho de projetos estratégicos definidos numa escala que ultrapassa a dinâmica exclusivamente local (DELGADO e LEITE, 2011, p. 431-432).

Parece-nos pertinente, para o entendimento da relação entre território e desenvolvimento, a contribuição dos estudiosos como Schejtman e Berdegú (2003) que, embora abranja o cenário latino-americano, parece condizente com a realidade dos contextos rurais brasileiros. Dentre as formulações desses autores, destacam-se duas, que são intrínsecas ao objeto de estudo da presente pesquisa: i) O desenvolvimento institucional tem importância fundamental para o desenvolvimento dos territórios; ii) O território não é um espaço físico objetivamente existente, mas uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originaram e se expressam em uma identidade e um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

A pertinência dos pontos acima elencados pode ser percebida pelo pesquisador por ocasião das visitas a campo e algumas impressões podem ser deduzidas pelo teor das respostas dos entrevistados, que trataremos no próximo Capítulo.

A tendência de se substituir a expressão *desenvolvimento local* pelo *desenvolvimento territorial* havia sido preconizada por Veiga (2002) na virada do século, pois, conforme o autor, este segundo permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional e mesmo continental. No entanto, o vigor e o dinamismo das especificidades do desenvolvimento local permitiram sua coexistência com as demais perspectivas do desenvolvimento até os dias atuais, como se pode ver a seguir.

3.2.2. Desenvolvimento local

O *local* diz respeito à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial estabelecem sua identidade. O *local* é essa base territorial.

No entendimento de Jesus (2006, p. 25), o desenvolvimento local é um processo “[...] que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local [...]”.

Franco (2000, p. 54) assevera que a sociedade precisa de um desenvolvimento local integrado e sustentável, e que, dessa maneira “[...] a consciência da comunidade e uma consciência da interdependência, quer dizer, a consciência de que o sucesso de todos depende do sucesso de cada um e vice-versa”.

Para Buarque, desenvolvimento local, pode ser traduzido sinteticamente como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. (BUARQUE, 2002, p. 25). De uma maneira mais aprofundada, o autor define o desenvolvimento local como

[...] o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inercia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e promover uma mudança social no território. Não se pode limitar a um enfoque econômico, como normalmente associado às propostas de desenvolvimento endógeno, mas não pode minimizar a importância do dinamismo da economia.

Para o autor, há uma relação direta entre aspectos econômicos e desenvolvimento local.

Especialmente em regiões e municípios pobres, deve perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, vale dizer, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Apenas com economia eficiente e competitiva gerando riqueza local sustentável pode-se falar efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas geradas em outros espaços. (BUARQUE, 2002, p. 26).

Para além de resultados econômicos, o desenvolvimento local parece estar ligado com o bem-estar da sociedade, intencionando promover uma transformação na realidade a partir da valorização das potencialidades locais, contando com a participação efetiva de atores locais, visando à elaboração de estratégias e a tomada de decisões nas dimensões econômica, ambiental, cultural, social, político-institucional e técnico-científica. O protagonismo dos atores locais e das comunidades parece ser o diferencial do desenvolvimento local.

Autores como Pecqueur (2005) consideram o desenvolvimento local um conceito obsoleto, por entender que local não deve ser entendido como sinônimo de *localista*. Para o autor, o desenvolvimento territorial não se restringe a uma escala local.

Veiga (2002), por sua vez, considera a retórica do desenvolvimento territorial melhor que a do desenvolvimento local, embora o autor reconheça que ambas não logram êxito na tarefa de superar as divisões setoriais (primário, secundário e terciário), além de não permitirem um tratamento integrado da divisão espacial (cidade e campo).

Parece, então, que a noção de desenvolvimento local tende a ser minimizada, preferindo-se a valorização de outras variáveis ou se lhe agregando outras variáveis que superariam a perspectiva do local.

3.2.3. Desenvolvimento alternativo ou contra-hegemônico

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos parece ser uma das vozes mais ativas que militam a favor de um desenvolvimento *alternativo* a quaisquer outros modelos de desenvolvimento que favoreçam ao capital. Sua crítica aos programas de desenvolvimento envoltos ao modo de produção capitalista recai sobre o estreito laço entre estes e a macroeconomia. Para o autor,

A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento (SANTOS, 2000).

O autor continua emitindo alertas, quando nos diz que a

[...] ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou a marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005, p. 45).

Há, para Santos (2005), inconsistências nas teorias que vinculam o desenvolvimento a crescimento econômico, porque, segundo o autor, desenvolvimento e crescimento não seriam variáveis excludentes para as atividades econômicas. Nesse sentido, o sociólogo português aponta para aquilo que considera uma contradição: o termo desenvolvimento ser utilizado – quando não, confundido – com crescimento *sustentável*, uma vez que, segundo o autor, é impossível haver crescimento econômico e sustentável sem destruir a Terra.

3.2.4. Desenvolvimento rural

O desenvolvimento rural, no Brasil, apresenta dois projetos conflitantes entre si, conforme análise abalizada de Wanderley (2014).

O primeiro representa as formas hegemônicas de apropriação dos meios de produção. Tem raízes profundas que remetem aos primórdios da história social do país e, desde a segunda metade do século passado, é vinculado à *modernização conservadora* da agricultura. O segundo visa às especificidades dos territórios rurais e a qualidade de vida de seus habitantes, considerando aspectos como “[...] o reconhecimento e a valorização de outras formas de produção e trabalho, os processos de integração campo-cidade e a cidadania dos habitantes do campo em sua diversidade” (WANDERLEY, 2014, p. 79).

O modelo de desenvolvimento defendido por Wanderley (2014), que centra as atenções no rural, transcende o crescimento setorial. Preconiza o reconhecimento da dimensão rural da sociedade como condição imprescindível para a inclusão social dos habitantes dos territórios rurais, “[...] através, especialmente, da superação da pobreza e da distribuição equitativa de renda” (WANDERLEY, 2014, p. 82).

Trata-se de um projeto de desenvolvimento que pressupõe a valorização da diversidade social das populações rurais, bem como as especificidades de suas formas de produção – comunitária e/ou familiar. O crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais de prerrogativas necessárias a que sejam elas protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

A criação de instituições favoráveis ao desenvolvimento rural, também para Abramovay (2009) consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica (ABRAMOVAY, 2009).

Para Navarro (2001), o desenvolvimento rural é um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais que suscita um crescente conjunto de debates teóricos. O autor define-o como “[...] uma ação previamente articulada que induz [...] mudanças em determinado ambiente rural” (NAVARRO, 2001, p. 88).

Então, o desenvolvimento rural, a partir dos autores aqui evocados, passa a ter uma aproximação com o ideário de desenvolvimento alternativo, superando, em muito, a visão tradicional centrada na produção e nos benefícios econômicos.

3.2.5. Desenvolvimento econômico

Desenvolvimento associado a progresso material decorre de uma visão positivista que só vislumbra desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Também encontramos a crença do progresso linear e tecnicista, características do modernismo (HARVEY, 1998).

Do ponto de vista econômico, o desenvolvimento seria, para Bresser-Pereira (2006), um fenômeno relacionado com a gênese do Estado e do mercado, instituições basilares do sistema capitalista. Apesar de ter suas raízes no século XVIII, conforme o autor, apenas no final da primeira metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1940, época em que, segundo o mesmo autor, houve a consolidação da moderna teoria econômica do desenvolvimento, passando a haver maior reconhecimento de instituições – que o autor nomina de positivas – como fundamentais para o desenvolvimento. O autor faz menção ao papel do Estado, quando nos diz que

Cabe ao estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento¹³ e a distribuição, entre os lucros e os salários, entre os investimentos e as despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 7).

Um exercício de silogismo simples pode induzir o atrelamento da ideia de desenvolvimento à de crescimento econômico. Este segundo tem em sua gênese a relação entre capital e trabalho que, por sua vez, é fruto de uma relação entre pessoas e que, por tal, não deve ser pautado pela produção de riquezas.

Nesse sentido, Souza (2005, p. 5) assevera que “A ideia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico”. No entanto, a autora salienta que “[...] a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população” (SOUZA, 2005, p. 5).

A associação entre desenvolvimento e processos de industrialização, que permeia o imaginário de muitas sociedades até os dias atuais, tem raiz, segundo Bresser-Pereira (2006), no quadro histórico inicial do desenvolvimento econômico porque à medida que os estados-nação adentravam no processo de industrialização¹⁴, se fazia necessária a transferência de sua mão de obra cuja lida até então se concentrava em atividades agrícolas e extrativistas com menor valor agregado. Essa lógica permaneceu nos países ditos desenvolvidos até meados da segunda metade do século XX, quando teve início os processos de desindustrialização desses países, ou seja, segundo o autor, os países desenvolvidos precursores da Revolução Industrial, no início da segunda metade do século XX efetivaram o processo de desindustrialização, que significaram, quase sempre, o deslocamento de parte do processo de produção para os então classificados como países em subdesenvolvidos.

¹³ Bresser-Pereira (2006) faz uso do termo *desenvolvimento* mesmo quando faz clara menção ao desenvolvimento *econômico*.

¹⁴ O autor se refere aos países desenvolvidos precursores da Revolução Industrial, cujos processos de desindustrialização tiveram início ainda na segunda metade do século XX.

Estudiosos como Bresser-Pereira (2006) definem o desenvolvimento *econômico* como um fenômeno histórico que passou a ocorrer nos países e/ou estados-nação pioneiros da revolução capitalista. O desenvolvimento econômico se caracteriza, segundo o autor, como

Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 9)

Dentre as variáveis condicionantes para que haja este desenvolvimento, e, por conseguinte, as mudanças na qualidade de vida dos cidadãos, Bresser-Pereira (2006) afirma a necessidade de haver um processo de aumento de renda por habitante, pois, sob a ótica econômica, seria inconcebível existir desenvolvimento sem o crescimento da produção e da renda.

Questões relacionadas aos fatores institucionais estariam, para Souza (2005), estariam intimamente atrelados aos fatores de oferta e de demanda.

[...] um ambiente socioeconômico desfavorável constitui um entrave ao desenvolvimento econômico. Instituições precárias e contrárias ao espírito capitalista dos negócios inibem os investimentos e incentivam a fuga de capitais [...]. Aumentando os riscos dos negócios, reduz-se o diferencial entre a taxa de retorno dos investimentos e a taxa de retorno considerada mínima, inviabilizando a acumulação de capital. (SOUZA, 2005, p. 299).

O compromisso dos agentes do desenvolvimento (instituições bancárias, agências de fomento, bem como instituições de pesquisa, extensão e de apoio às pequenas e médias empresas, por exemplo), segundo a lógica acima, seria com os interesses do capital, em detrimento das demandas sociais.

Para Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida, mas isoladamente não dá conta de resolver todos os problemas sociais, “[...] Por isso ele é apenas um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção ao ambiente” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 22).

Mais do que presumir limitações do conceito de desenvolvimento econômico, Furtado (1974, p. 75) é categórico ao afirmar que “[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um mito”. Continua o autor na desconstrução do conceito:

Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 75).

A questão social está relacionada com o *desenvolvimento* econômico, que neste caso difere do *crescimento* econômico, pois este segundo não visa ao bem estar populacional.

De toda forma, desenvolvimento econômico, como aqui caracterizado com a contribuição de alguns autores, sendo uma categoria talvez mais trabalhada nas políticas públicas daqui e d’alhores, apresenta-se com um sentido amplo, indo além do crescimento econômico, como sugere Bresser-Pereira.

3.2.6. Desenvolvimento sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável surgiu nas últimas décadas do século XX. Em meio ao fortalecimento do movimento ecológico, o Clube de Roma, em 1972, foi uma das organizações pioneiras em alertar sobre as ameaças decorrentes do crescimento econômico contínuo. No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas promoveu a Conferência de Estocolmo, cujas temáticas principais foram os problemas ambientais oriundos da poluição atmosférica; crescimento populacional; e crescimento *versus* desenvolvimento (MENDES, 2009).

Nesse contexto, a ONU articula a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento composta, em sua maioria, por representantes de países em desenvolvimento e de ONGs ambientalistas (GOULART, 2006).

O primeiro registro do termo *sustentável* associado ao desenvolvimento consta no informe das Nações Unidas intitulado Nosso Futuro Comum, que define desenvolvimento sustentável da seguinte maneira: “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p. 46).

O aludido informe sentencia ainda:

Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimidade a uma melhor qualidade de Vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor. (COMISSÃO..., 1991, pp. 46-47).

No que concerne à dimensão ética no âmbito do desenvolvimento, Nascimento (2012) também atribui seu uso como consequência do enriquecimento dos debates sobre o desenvolvimento ocorridos em Estocolmo, em 1972, e, posteriormente, no Rio de Janeiro, em 1992, ocasiões em que, segundo o autor,

[...] nasce a noção de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nessa, está contida a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética. (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Ignacy Sachs é considerado um dos precursores do conceito e do estudo do desenvolvimento sustentável. Para esse autor, a sustentabilidade

[...] é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo (SACHS, 2008, p.15).

Buarque (2002), por sua vez, assevera que

O conceito de desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas (BUARQUE, 2002, p.58).

Navarro (2001), ao se referir ao termo *sustentável* quando este é acrescido à ideia de *desenvolvimento rural* – no caso, o *desenvolvimento rural sustentável* – classifica o foco central dessa perspectiva como claro e mais limitado:

A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 70. [...] o sustentável aqui refere-se tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001, p. 89).

Os conceitos aqui apresentados são alguns dos muitos que são utilizados para definir o desenvolvimento sustentável. Em comum, percebe-se que os autores entendem o desenvolvimento sustentável como uma tentativa de se manter e/ou melhorar a qualidade de vida das pessoas, buscando utilizar de maneira eficiente os recursos naturais, causando um menor impacto ambiental.

Por tentar conciliar aspectos sociais, econômicos e ambientais, a ideia de desenvolvimento sustentável se mostra complexa e enfrenta dificuldades e resistências políticas e sociais.

3.2.7. Desenvolvimento ambiental

A partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, as questões ambientais passaram a protagonizar algumas grandes discussões acerca do desenvolvimento.

Classificada como uma dimensão da sustentabilidade (MENDES, 2009), a dimensão ambiental ou ecológica do desenvolvimento foi amplamente difundida nas conferências realizadas na década de 1970 pelos autores que tratam do tema.

A dimensão ambiental do desenvolvimento preocupa-se com a preservação do meio ambiente, visando ao equilíbrio entre as atividades produtivas e o meio ambiente, de forma a mitigar os impactos ambientais.

O conceito de *impactos ambientais* é definido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam-se: a saúde, a segurança e o bem-estar da

população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos naturais. (CONAMA, 1986).

As atenções do desenvolvimento ambiental são voltadas para ações como o uso adequado e limitado dos recursos não renováveis; o consumo consciente dos recursos renováveis; e a substituição do uso de materiais que prejudiquem o meio ambiente.

O viés ambiental – ou ecológico – da sustentabilidade não provoca controvérsias, por se referir ao equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, conservação e manutenção genética, bem como a manutenção dos recursos abióticos e a integridade climática. Trata-se de um conceito que, segundo Mendes (2009, p. 52), “aborda a natureza externa ao ser humano e a concepção de que quanto mais modificações realizadas pelo homem na natureza menor sua sustentabilidade ecológica e quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade”.

3.2.8. Desenvolvimento social

Trata-se da perspectiva do desenvolvimento que se compromete com a busca pela equidade social. Dada à amplitude das assimetrias sociais que assolam o Brasil devido, dentre outros fatores, à má distribuição de renda, o desenvolvimento social tem por meta a mitigação dessas assimetrias por meio de uma melhor distribuição de renda e a melhora no acesso das populações menos favorecidas a recursos e serviços sociais, melhorando, dessa forma, a qualidade de vida dessas populações.

Foladori (2002), ao avaliar os estudos sobre sustentabilidade, assevera que na dimensão social reside a grande polêmica, pois é a dimensão que sofreu mais mutações por conta do conceito de desenvolvimento social.

Entre as décadas de 1960 e 1990 estudiosos acreditavam que se não houvesse a redução da pobreza e do crescimento populacional desordenado não se atingiria a sustentabilidade ambiental. As populações menos favorecidas eram consideradas como agentes da degradação ambiental, por priorizar sua sobrevivência no presente, sem se preocupar com o futuro. A pobreza, e suas consequências não era então o foco da discussão e sim quais os seus impactos negativos sobre o meio ambiente (FOLADORI, 2002; MENDES, 2009).

À medida que os estudos sobre desenvolvimento social evoluíam, outros aspectos passaram a ocupar o lugar da pobreza como agentes da degradação ambiental, tais como:

a) A pobreza não deve ser considerada como a causa principal da degradação; é preciso que se considerem as políticas governamentais bem como os grupos de poder e os setores ricos;

b) Tanto a pobreza quanto a degradação ambiental podem ter uma mesma causa: a falta de recursos ou de direitos de propriedade sobre esses recursos;

c) Exemplos de sociedades agrícolas menos integradas ao mercado mostram um maior equilíbrio ambiental; a degradação poderia vir com a integração mercantil. (ANGELSEN, 1997 apud FOLADORI, 2002). Para Mendes (2009, p. 54),

A dimensão social pode ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento orientado por outra visão, a da boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do *ser*, em que exista maior equidade na distribuição do *ter* (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados, resultando na diminuição do índice de Gini. (MENDES, 2009, p. 54, grifos do autor).

A tessitura do desenvolvimento social tem uma inter-relação com a construção da ideia de desenvolvimento humano, como se pode verificar a seguir.

3.2.9. Desenvolvimento humano

O Desenvolvimento Humano tem ocupado lugar central nos debates sobre o desenvolvimento desde a década de 1990. Oliveira (2002) corrobora com esta assertiva ao lembrar da importância conferida ao Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo PNUD, no qual se busca conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de formas diferentes da usual.

Ao invés de indagar o quanto se está produzindo, passa a interessar o quanto isto está afetando a qualidade da vida da população (OLIVEIRA, 2002).

Para o PNUD (2015), o conceito de Desenvolvimento Humano está ligado a “[...] um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. Parte-se do

pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2015).

O PNUD confere ao Desenvolvimento Humano uma perspectiva diferente daquela que atrela o bem-estar de uma sociedade a aspectos meramente econômicos, como, por exemplo, recursos e renda gerados ou que podem vir a ser gerados por um dito crescimento econômico. A abordagem de Desenvolvimento Humano, para o PNUD,

[...] procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (PNUD, 2015, s/p).

Parafraseando Oliveira (2002), o desenvolvimento humano só poderá ser pleno se houver a redução da exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. O autor ilustra o raciocínio da seguinte maneira: “[...] os países ou regiões devem concentrar-se não apenas no crescimento do bolo, mas em sua distribuição” (OLIVEIRA, 2002, P. 46).

O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicados anualmente pelo PNUD. Parece-nos pertinente debruçar sobre este segundo, como se pode verificar a seguir.

3.3. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Dentre os índices e indicadores elaborados para mensurar o desenvolvimento, o IDH parece estar entre os mais utilizados. Conforme o PNUD (2012), atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte maneira:

- ❖ Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- ❖ O acesso ao conhecimento (educação) é medido por:
 - i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e

- ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- ❖ Finalmente, o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2016).

Estudiosos como Veiga (2008) consideram insuficientes os parâmetros empregados pelo IDH para medir a qualidade de vida das pessoas. Para o autor,

O principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética dos três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade. Mesmo que se considere inevitável a ausência de outras dimensões do desenvolvimento para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos – como a ambiental, a cívica ou a cultural –, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. [...] é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade. (VEIGA, 2008, p. 88).

Cumprе salientar que o PNUD faz uso de outros indicadores complementares¹⁵ ao IDH que levam em consideração aspectos sociais, econômicos, ambientais e desigualdade entre gêneros. (PNUD, 2016).

3.4. O caso brasileiro: desenvolvimento com ênfase no rural

O debate atual sobre desenvolvimento no Brasil, no caso específico dos territórios rurais, é alimentado, dentre outros motivos, pela persistente interligação entre pobreza rural e desigualdade social (DELGADO e LEITE, 2011), e possui um caráter multidimensional e transdisciplinar, haja vista abranger esferas distintas, nem sempre conexas entre si, que evocam conhecimentos de diferentes campos do saber.

¹⁵ Dentre os quais podemos destacar: Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDHAD); Índice de Desigualdade de Gênero (IDG); e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Como foi visto no capítulo anterior, as políticas de desenvolvimento territorial voltadas para os contextos rurais, no Brasil, ficam a cargo da SDT, órgão vinculado ao MDA. A SDT tem como finalidade “[...] articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário” (BRASIL, 2016, s/p).

Mitigar desigualdades regionais e sociais e inserir os territórios rurais no processo de desenvolvimento nacional estão entre as iniciativas atribuídas à SDT que, para tal, faz uso da abordagem territorial e assinala como um de seus maiores desafios “[...] identificar e constituir territórios a partir de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2016, s/p).

A SDT adota um modelo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, e o define como “[...] um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental” (BRASIL, 2016, s/p).

O Estado brasileiro – ao menos a parcela que compactua com as diretrizes da SDT – assinala para os territórios rurais um modelo de desenvolvimento que privilegia o desenvolvimento sustentável consoante com dinamização econômica e, como era de se esperar de um órgão responsável pelo desenvolvimento agrário do país, busca fazê-lo com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária (BRASIL, 2015).

Nesta direção, estudiosos como Veiga (2003) alertam que crescimento econômico, por mais forte que seja, não reduzirá, por si só, a desigualdade, nem diminuirá a pobreza. Esses avanços, defende o autor, dependem muito mais de uma infinidade de mudanças institucionais, sem deixar de considerar que as instituições que precisam ser mudadas são as mesmas que ajudam a perpetuar a desigualdade e a pobreza.

Em certa medida, a coexistência do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e do MDA, Ministérios com interesses e orçamentos tão discrepantes, talvez sirva para ilustrar o argumento do autor.

3.5. Participação: estratégia de desenvolvimento

Uma das características mais marcantes das recentes estratégias de desenvolvimento, no Brasil, parece ser a participação, como atesta Wanderley et alli (2014, p. 328):

Ora, mais do que um mecanismo de gestão de políticas, a participação é o grande diferencial que a política territorial pretende consagrar, ao se propor como uma política que visa à inclusão dos atores sociais excluídos dos modelos dominantes de desenvolvimento e à afirmação de sua cidadania, por meio de participação política junto às instâncias territoriais.

Tem-se valorizado ações que privilegiem o envolvimento da diversidade de atores sociais – gênero, etnia, geração e raça – nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão das políticas públicas de desenvolvimento, especialmente naquelas direcionadas aos contextos rurais populares. Segundo Raynault,

Um dos pilares deste novo referencial de ação pública é a ideia de que a pobreza e as desigualdades presentes nos territórios vinculam-se muito frequentemente ao pouco ou insuficiente capital social para tornar a participação da sociedade civil um instrumento eficaz de desenvolvimento. (RAYNAULT, 2014, p. 30).

Dentre as metodologias participativas que intencionam estimular a autogestão dos territórios, aquelas que fazem uso de mecanismos de planejamento do tipo *bottom-up* parecem estar em sintonia com as estratégias de fortalecimento e descentralização das políticas públicas, como se pode verificar em alguns pontos das diretrizes da SDT, onde se lê:

Incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas;
Estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social (BRASIL, 2015, p.?).

No caso do município de Afogados da Ingazeira, como se pode verificar mais adiante, no capítulo 4, a participação da sociedade civil parece estar entre os fatores mais relevantes na mudança de perfil do município. As instâncias participativas, sobretudo o COMDRUR, não se limitam à prática do debate: há evidências de participação ativa nas esferas deliberativas.

4. TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO EXTENSIONISTAS RURAIS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

Este capítulo destina-se tão somente à análise e interpretação do teor das entrevistas que o pesquisador teve o privilégio de realizar em suas visitas ao lócus da pesquisa. O universo amostral, de entrevistados, como já foi dito, abrangeu 21 extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira – PE.

O grau heterogeneidade alcançado propiciou um resultado satisfatório no que diz respeito à variedade de respostas, dadas a ubiquidade e complexidade das categorias de análise que norteiam a presente pesquisa – território e desenvolvimento. Heterogeneidade construída historicamente pela diversidade de vivências institucionais dos participantes: vinculações profissionais ao setor público, a ONGs e ao movimento sindical.

Dados os limites desta dissertação, apresentam-se aqui construções argumentativas fazendo recurso às falas dos participantes, sem, contudo, esgotar a totalidade de cada discurso.

As impressões que os sujeitos da pesquisa manifestaram em suas respostas sobre território e desenvolvimento – com o termo assim, devidamente desacompanhado de quaisquer de suas costumazes adjetivações – mais do que variadas, tendem a ser conexas e complementares entre si, o que eventualmente pode até permitir separar e classificar essas mesmas falas em combinações diferentes da que se apresentam a seguir, sem comprometer o objeto deste estudo.

Aqui trabalharemos, a partir da fala dos 21 participantes da pesquisa em pauta, associadas a considerações de autores, muitas delas integrando os capítulos anteriores, além da contribuição, por mínima que seja, da experiência e da visão de mundo do pesquisador, com seus conhecimentos.

Estruturalmente, teremos, portanto, uma parte do capítulo sobre território e outra sobre desenvolvimento, integrando o presente capítulo.

4.1. Sentidos atribuídos a território

As questões relacionadas a território parecem ter provocado certo estímulo nos sujeitos da pesquisa, uma vez que se obtiveram respostas que contemplam algumas das principais ideias que circulam tanto na academia quanto no universo das políticas públicas territoriais brasileiras contemporâneas, inclusive trabalhadas no capítulo anterior.

Da natural confusão que ainda se faz entre os conceitos de território e região às questões ligadas à identidade comum; do entendimento clássico que atrela território a domínio e poder às concepções ligadas a sentimentos de pertencimento, até a instrumentalização e normatização do território, os entrevistados manifestaram suas percepções, impressões e sentidos acerca da temática.

4.1.1. Conceito análogo ao de região

O conceito de região, utilizado pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, em oposição às formulações ratzelianas que atrelavam o território às relações de poder, defendia uma geografia regional fundamentada no intensivo estudo de regiões fisicamente pequenas e pré-definidas, além o inter-relacionamento das pessoas com o seu ambiente.

Segundo Schneider (2009, p.6) “A preocupação com o espaço-região é uma questão fundamental para a geografia possibilista [...] que pensava as regiões a partir de seus atributos naturais como relevo, clima, atividades econômicas e infraestrutura”. Este paradigma foi preponderante durante a quase totalidade do século XX.

As divisões político-administrativas que dividem os entes federativos em regiões administrativas se valem do regionalismo proveniente da escola francesa de Geografia conhecida como possibilismo e não raro causam certa confusão na diferenciação entre região e território, como parece ser o caso do entendimento manifestado pelo Entrevistado SIN 6:

Quando se trata de estar discutindo políticas públicas pro *território*, aí diferencia um pouco, porque uma coisa é você estar discutindo pro seu município, outra coisa é estar discutindo pra uma *região*, né? Quando tem alguns projetos pra serem liberados, o que está se pensando é elaborar um projeto pro território. Eles [os gestores externos] trazem a discussão e se tiver alguma divergência, já é discutida logo. E não

discute só pro *município*, discute pra *região*. (ENTREVISTADO SIN 6, p. 37¹⁶. Grifos nossos).

Percebe-se, nas falas, que os entrevistados empregam o *termo* região, mas não necessariamente seu *conceito*. Parecem utilizá-lo ora indiscriminadamente, ora como sinônimo de território.

Eu vejo mais por questão de identidade. Caracterização do território é a forma que aquelas pessoas vivem, questão da economia, da cultura, a identificação daquelas pessoas que moram naquela *região*. (ENTREVISTADA ONG 2, p. 9).

Nota-se ainda que as diferentes divisões *regionais* utilizadas por entes distintos entre si, como Governo do Estado, ONGs e Movimento Sindical, são percebidas como territoriais.

A gente percebe que existem várias definições de território. Se você pegar a Educação do Estado, ela tem uma definição de acordo com suas regras. Se você pegar a Saúde, isso em nível de Estado, é outro formato de território. Não são os mesmos municípios que compõem o mesmo território. Se você pegar o [Projeto] Dom Helder, tem outro formato. E se você pegar a FETAPE, é mais abrangente. (ENTREVISTADA GOV 17, p. 108).

A acepção a respeito de território trazida pelo Entrevistado Sin 9 (p. 59) parece ilustrar bem a dificuldade de se distinguir os conceitos, haja vista sua similitude com aquilo que classicamente se entende como região:

Essa ideia de território é exatamente essa: é você dividir o estado pra poder você ter aqueles municípios mais semelhantes. Tem a questão de localidade, de clima, de cultura. Na hora que você pega o Pajeú, pode notar que todos os municípios são parecidos na sua dinâmica, na sua organização, na sua política, na sua forma de pensar, de agir.

O seguinte trecho da fala da Entrevistada Gov 17 parece retratar bem a dificuldade em se distinguir os critérios que configuram um território daqueles que determinam uma região.

Incluir Sertânia no território daqui... [do Pajeú]? Sertânia é diferente. Está perto, mas é [localizada na Microrregião do Sertão do] Moxotó, entendeu? E aqui, é sertão. Então, como é que você vai compor um território com áreas do Moxotó e áreas do sertão? (ENTREVISTADA GOV 17, p. 108).

¹⁶ O número da página indicado após o texto retirado de entrevista reporta-se à paginação do Caderno de Entrevistas, instrumento onde estão todas as entrevistas, em poder do pesquisador.

A Entrevistada Gov 17, afogadense nata, notadamente discorda de critérios adotados por iniciativas como o PTC, por inserir o município de Sertânia no mesmo território que Afogados da Ingazeira. Percebe-se, na fala, que a proximidade física entre os municípios, para esta entrevistada, parece insuficiente para tal.

Ressalte-se que embora o município de Sertânia esteja localizado na Microrregião do Moxotó, integrante da Mesorregião do *Sertão* Pernambucano, o entrevistado não reconhece esta condição. Não entende a Microrregião do Moxotó como sertão nem Sertânia como município sertanejo.

Contudo, tanto a divisão político-administrativa implantada pelo Governo do Estado de Pernambuco, de viés regional, quanto os critérios adotados pelos agentes do Governo Federal para estabelecer os municípios pertencentes ao Território do Sertão do Pajeú vão de encontro às percepções da entrevistada em pauta.

Esta questão ligada à identificação, neste caso específico, com um município próximo ou vizinho, será abordada a seguir.

4.1.2. Meu território, minha identidade

Outra característica do território frequentemente pontuada nas falas dos participantes desta pesquisa diz respeito ao seu atrelamento com questões inerentes à identidade comum.

Território é aquele espaço geográfico que possui uma identidade ambiental, uma identidade política, as mesmas características naturais, ambientais e uma identidade política e cultural. (ENTREVISTADO GOV 3, p. 16).

Além da construção social, o Entrevistado 3 enfatiza a relação entre os habitantes daquele território e o ambiente:

O Território do Sertão do Pajeú é caracterizado por uma identidade cultural fortíssima, que é a questão da poesia, da cultura popular. Aí você vai para a questão das características naturais, aí você pega o rio Pajeú, que é o nosso maior patrimônio natural, histórico. Então, isso agrega, isso une o território: pensar de Brejinho, na nascente, até Floresta, que já é o Baixo Pajeú. Mas se nós falarmos do Território do Sertão do Pajeú, com 17 municípios, até Serra Talhada, é isso que nos une: é a poesia, é o rio Pajeú, é a cultura popular, tem uma identidade muito definida. (ENTREVISTADO GOV 3, p. 16).

De maneira elucidativa, o Entrevistado 3 é categórico em suas convicções acerca das questões relativas à identidade comum como imprescindível para a definição de território:

O território precisa exatamente estar definido a partir de uma identidade. Identidade que não é só geográfica, mas que ela seja também política, que ela seja econômica, que ela seja cultural, que ela seja ambiental, então essas várias dimensões precisam estar em harmonia para que a gente possa ter uma definição de território. (ENTREVISTADO GOV 3, p. 16).

Observa-se que, mesmo admitindo a identidade comum como critério importante para se compor um território, há certa inclinação para a aceitação do território dado, ao invés do território construído.

Sem desconsiderar a consciência crítica com respeito à diferenciação do perfil do município de Afogados da Ingazeira em relação aos demais municípios do Território do Sertão do Pajeú, a Entrevistada Gov 17 é categórica ao reafirmar a essência rural do município.

Esse município daqui é rural, o município de Afogados é rural. Tem um perfil urbano, mas se você for analisar, é rural. Você tem um núcleo aqui no centro. Mas se você for analisar [é] tudo oriundo da área, do meio rural (ENTREVISTADA GOV 17, p. 109).

Nesta direção, Saquet e Briskievicz (2009), inspirados nas argumentações do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, afirmam que o território abarca, simultaneamente, em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão “[...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão concreta, de caráter político-disciplinar, de controle de espaço como forma de controle dos indivíduos” (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009, p. 6). Para os autores, os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais, uma vez que mantêm laços estreitos com a realidade concreta.

A Entrevistada ONG 14 (p. 91) demonstra pouco otimismo com relação ao tratamento dispensado pelo poder público às comunidades tradicionais, no que diz respeito à posse do próprio território: “[...] o tempo que se leva pra se conseguir regularizar esses territórios, então a gente pode ver que ainda tem muita coisa a se avançar”.

Os territórios – assim como as fronteiras, as divisas, os limites – são fundamentais para a construção das identidades, por meio da força política e cultural que neles se reproduzem. (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009).

4.1.3. Domínio e relações de poder

Aspecto pouco referenciado pelos sujeitos da pesquisa, as ideias clássicas que atrelam território a fatores como domínio e poder estatal podem ser percebidos na ênfase dada pelo Entrevistado 19:

Território, geograficamente, é uma área com um poder político central. Território tem que ter o Estado, tem que ter as leis e tem que ter delimitação da área territorial e as comunidades. Tem que ter o poder central. A definição é mais ou menos assim. Estado. Eu estou envolvendo Estado e território. Uma área delimitada, né, com uma população. (ENTREVISTADO GOV 19, p. 12).

A Entrevistada GOV 1, por sua vez, não deixa explicitado quem seriam os detentores desse poder, desse domínio, dando a entender que não precisa ser necessariamente o Estado. Infere-se, do trecho que reproduzimos abaixo, que a mesma não demonstra preocupação em deixar transparecer traços de autoritarismo, como se se tratasse de um dado da realidade desprovido, por exemplo, de um processo de uma construção histórica.

Eu acho que é uma área que você abrange, que você domina naquele segmento. É quando você tem domínio naquela área do que você ‘tá fazendo, do que você vai realizar, ou do que você propõe a ser realizado, naquele território. Aí você tem domínio daquele território. (ENTREVISTADA GOV 1, p. 5).

As falas acima parecem dialogar com as formulações do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, e puderam ser percebidas, sobretudo no discurso de alguns entrevistados demonstraram certa fragilidade no seu conhecimento em torno das políticas de desenvolvimento que possuem cunho territorial. Elas também sugerem um questionamento em torno do fato de possivelmente alguns desses atores identificarem poder com Estado, com Governo.

4.1.4. Meu pedacinho de chão

Outro sentido fortemente atribuído ao território diz respeito ao sentimento de pertencimento.

Território é o pedaço da gente, né? É o pedaço de onde a gente vive, é o que a gente vive, é o que nos representa, é nossa organização social, política e cultural. Acho que é isso que define o território. (ENTREVISTADA ONG 4, p. 23).

Território tem a ver com gente e também com cultura, porque cada território tem suas especificidades. Não é só espaço, mas é espaço com gente, porque quem faz o território, quem faz suas especificidades, são aquelas pessoas, aquelas culturas. (ENTREVISTADA SIN 8, p. 49).

Este sentimento aflorou com mais veemência na fala da Entrevistada ONG 14 que, para além do conhecimento teórico a respeito da conceituação de território, demonstra estar ciente das lutas de sua comunidade em reaver o território que um dia fora de seus antepassados:

Quando se trata de território, às vezes muita gente diz: *o território é o lugar onde eu vivo, o meu local onde eu nasci e me criei é o meu território*. Pra nós, que somos de comunidades quilombolas, essa questão de território é muito importante pra gente, porque território pra gente, não é, definitivamente, só o lugar onde nascemos, mas também o lugar onde nossos antepassados nasceram e que foi tirado deles, e que atualmente nós lutamos para retomar, pra ter de volta. Então, essa questão de território não é uma coisa muito bem definida. (ENTREVISTADA ONG 14, p. 92).

A memória coletiva de um grupo social, segundo Saquet e Briskievicz (2009) precisa de uma referência territorial.

Tratam-se, pois, de construções argumentativas que convergem com as ideias de estudiosos como Wanderley e Favareto (2013), que entendem o sentimento de pertencimento e as questões identitárias como elementos cruciais para se entender algumas singularidades do rural brasileiro.

4.1.5. Ajuntamento de municípios para viabilizar políticas públicas

Percebe-se certa propensão de alguns entrevistados a entenderem território como mero ajuntamento de municípios que possuem características comuns. A definição de quais municípios deva fazer parte de determinado território seria determinada pelos Governos, em uma estratégia do tipo *top-down*, parecido com aquilo que Pecqueur (2005) classifica como território institucional. A Entrevistada ONG 13 (p. 88), por exemplo, pondera que “[...] os municípios que fazem parte de um território sempre tem, praticamente, a mesma dinâmica”. A ideia de território como junção de municípios com

características comuns para facilitar a implementação de políticas públicas de desenvolvimento parece encontrar eco nos discursos a seguir:

É porque a ideia de território que nós temos é uma junção de municípios, dentro do nosso território, para poder todos estarem unidos numa proposta única de desenvolvimento daquela região. (ENTREVISTADO SIN 9, p. 59).

Eu acho que território é um local delimitado, onde você delimita uma região. Então, território é um conjunto de municípios, de áreas, onde a gente consegue unir aquilo pra se formar um território. (ENTREVISTADO GOV 20, p. 123).

Quando a gente tem uma discussão conjunta com o território todo, então, se isso chegou pro território, a gente tem que discutir também os critérios, pra gente poder estar beneficiando quem realmente está mais necessitado naquele momento. (ENTREVISTADA SIN 12, p. 80).

Uma faceta que não é exclusiva das políticas territoriais, mas que não passou despercebida, diz respeito ao emprego instrumentalizado do território como estratégia para otimizar tempo e desonerar o erário.

Algumas ações que, pra diminuir essa questão do tempo, da correria que existe pra você trabalhar, município a município, tanto os poderes públicos, estaduais, federais [...] foi criada essa questão de território pra estar facilitando pra você reunir, num único local, todos os segmentos de uma determinada área. Por exemplo, eu vou discutir determinado projeto que vai ser trabalhado em todos os municípios aqui do Território do Sertão do Pajeú. Em vez de eu ir fazer uma discussão em todos os municípios, que ia ter um gasto maior, demorar mais tempo, eu otimizoo, com as representações de cada um desses municípios, e faço de uma vez só, num determinado local. (ENTREVISTADO ONG 10, p. 68).

A interdependência e o envolvimento dos atores sociais dos municípios nas questões relacionadas ao território foram aspectos lembrados por alguns entrevistados.

Eu gosto da visão de território porque faz a gente perceber um ambiente maior do que esse *mundinho* que a gente vive. É uma visão de a gente tem que pensar no todo, porque às vezes eu estou num município que é influenciado por outro município. Tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista político. Então, se a gente não tiver uma visão territorial, a gente acaba lutando pelo seu município, querendo buscar recursos pro seu município, o desenvolvimento do seu município e esquecendo os outros. (ENTREVISTADO ONG 11, p. 74).

Território, eu acho que seria a junção de todas as potencialidades que existem nesse território, entendeu? E trabalhar em parceria. Se eu tenho uma experiência boa aqui, levar, digamos, pra outro município: ali que precisa disso também. Eu acho que é o envolvimento de todos os municípios nas questões comuns a todas as pessoas. (ENTREVISTADA GOV 15, p. 96).

Não é mais essa questão, municípios isolados, mas são municípios que estão conjuntos, fazendo parte desse território. [...] Então, é a concepção que tenho, de uma junção maior de segmentos e de municípios. A minha concepção de território é trabalhar parcerias com vários setores da sociedade dentro desse conjunto, pegando essa área de abrangência que nós temos num território. (ENTREVISTADA SIN 12, p. 83).

Embora as argumentações apresentadas pelos entrevistados nos trechos reproduzidos acima, por um lado, possuam similaridade com a ideia de território *dado* proposta por Pecqueur (2005), por outro lado parecem corroborar com as formulações de Santos (2006, p. 154), quando este afirma que “[...] a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz”.

Embora um tanto singulares, as falas acima também evidenciam a compreensão do território como conjunto – municípios do Sertão do Pajeú. Embora a pesquisa esteja centrada em Afogados da Ingazeira, poucas falas evocam os demais municípios que integram institucionalmente o Território do Sertão do Pajeú. Isto pode configurar, consciente ou inconscientemente, traços de um autoproclamado centralismo de Afogados da Ingazeira em relação aos municípios vizinhos.

4.1.6. Territórios da cidadania e outras políticas sociais

O protagonismo de Afogados da Ingazeira no âmbito do Território do Sertão do Pajeú frente a políticas de desenvolvimento com cunho territorial, como, por exemplo, o PTC, também são mencionadas pela maioria dos entrevistados. Percebeu-se certo entusiasmo na fala de alguns entrevistados ao se referirem ao PTC, como se pode verificar nos trechos selecionados abaixo:

Precisa consolidar essa história dos Territórios da Cidadania. Pensar melhor o território e não o município. A gente tem, hoje, pouquíssimas iniciativas que se pense no território como um todo. Há discussões, há reivindicações sobre o rio Pajeú, aqui no Território do Sertão do Pajeú. O sertão precisa ter exatamente essa dinâmica mais voltada para pensar a região, pensar o território, e não cada prefeito, cada município olhar para o seu umbigo, entendeu? Então, isso pra mim é o que ‘tá faltando: políticas mais estruturadoras do ponto de vista da dimensão territorial. (ENTREVISTADO GOV 3, p. 14).

Antes desse programa [PTC], quando chegava alguma política, era muito protegida por padrinho político, entendeu? Se chegasse uma ação pro campo, a nível de governo, de desenvolvimento, era um político *A*

que botava no bolso, e dizia: - *Olha, eu que trouxe! Eu que consegui!* Hoje, com essa discussão territorial, quando vem algo mais geral, vem pra discutir do território, vem pra discutir com os conselhos municipais de desenvolvimento. (ENTREVISTADO SIN 16, p. 99).

A gente 'tá conseguindo dialogar através do PTC, onde agrega todas as instituições governamentais e não governamentais a nível de território, para discutir, analisar a situação atual e levantar propostas de desenvolvimento pra solucionar determinadas questões. A gente tem espaço pra isso. Através do PTC, a gente tem conseguido a avançar. (ENTREVISTADA ONG 18, p. 114).

A atmosfera de otimismo desencadeada pelas políticas públicas de viés territorial, percebida entre os participantes da pesquisa, encontra respaldo na leitura de Wanderley (2014, p. 79), para quem “Os programas territoriais adotados no Brasil, nesse início de século, tendem a fazer pesar a balança para o lado da democracia, da cidadania e do desenvolvimento”.

No entanto, apesar dos aspectos positivos destacados acima, houve também espaço para posturas críticas em relação ao PTC. Pontualmente, o aspecto mais apreendido por alguns entrevistados diz respeito a uma prática que vai de encontro aos princípios mais elementares dos novos usos e conceitos atribuídos ao território: a disputa, tanto entre municípios como na esfera inframunicipal, entre comunidades, pelos recursos e subprojetos advindos dos programas e políticas de desenvolvimento *territorial*.

Hoje é um momento de território, é um momento importante. Os recursos ainda são mínimos, e é um pedacinho pra cada um, que tem que brigar lá dentro. [ENTREVISTADA ONG 4, p. 21].

A proposta [das políticas territoriais] é interessante porque, se é pra ajudar todo o território, as políticas tem que atender às necessidades das pessoas. Se tem um município mais vulnerável diante de uma ação que está proposta para ser aplicada, ela tem que ser para aquele município que está necessitando. Ainda nós não chegamos nesse nível de entendimento porque estamos trabalhando com pessoas e pessoas são complicadas. Até porque a própria natureza diz que tem que defender primeiro o seu pedaço de chão (ENTREVISTADO SIN 9, p. 54).

Quando a gente vai para as discussões no PTC, a discussão é muito voltada pro município, ou seja, os municípios disputam os poucos recursos que vem pro território (ENTREVISTADO ONG 11, p. 72).

Por outro lado, há aqueles que preferem salientar aspectos positivos das recentes políticas de desenvolvimento, e seus efeitos na mitigação da miséria e da penúria que ainda estigmatizam o cenário do semiárido nordestino.

E a gente vê que essas políticas que a gente tem hoje ajudaram e ajudam a principalmente região da gente a não passar pelas dificuldades que a gente passava há alguns anos atrás. Por exemplo, a gente vem enfrentando, ainda, uma das maiores secas da história. E a gente não vê gente passando fome. Então, isso é uma evolução política, porque são as políticas sociais que estão aí que fazem com que essas pessoas não precisem passar fome. Nós perdemos muitos animais, é fato. Mas eu não tenho conhecimento de pessoas que tenham morrido de fome e de sede nessa última seca. (ENTREVISTADA SIN 8, p. 47).

A gente percebe hoje, por conta das secas, por conta do próprio desenvolvimento do mundo e do país, que a gente sofria no passado os nossos filhos hoje não sofrem. Em relação à própria sobrevivência, entendeu? Quando a gente tinha dificuldade de alimentação, a gente ‘tava com situações bem mais precárias do que hoje. Hoje, com alguns programas sociais, o pessoal parece que substitui as dificuldades daquela época. Antigamente, por exemplo, tinha saque. Foram situações muito difíceis [...]. (ENTREVISTADO SIN 16, p. 98).

Saquet e Briskievicz (2009), apoiadas nas ideias do geógrafo francês Claude Raffestin, asseveram que tanto o território quanto a territorialidade não ocorrem apenas por meio da atuação estatal. Há também, para os autores, ações sociais efetivadas por empresários, organizações políticas e indivíduos, com potencial de inspirar compreensões que podem “[...] orientar o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais”. (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009, p. 5).

Então, destacaram-se aqui, no pensamento dos participantes da pesquisa, aspectos relacionados com o próprio sentido ou a compreensão de território que perpassam por algumas nuances clássicas da conceituação dessa categoria analítica, a saber: a confusão conceitual com outros parâmetros espaciais, sobretudo como o conceito de região; aspectos relacionados às questões identitárias, momento em que são evocados pelos participantes da pesquisa aspectos comuns entre afogadenses e pajeuzeiros; associação entre território e relações de domínio e poder, seguindo uma vertente ratzeliana; construções argumentativas que denotam sentimentos de pertencimento; e a percepção do território como instrumento de políticas públicas.

4.2. Impressões sobre desenvolvimento

A variedade de respostas dos sujeitos da pesquisa às questões relacionadas a desenvolvimento parece ter dado conta da complexidade do tema. A espontaneidade das

respostas transformou a tarefa de separar e classificar as falas em um exercício de desconstrução de algumas ideias e formulações a respeito de desenvolvimento.

Cabe bem, neste caso, a ilustração elaborada por Joan Robinson, professora da Universidade de Cambridge, que costumava comparar o desenvolvimento ao elefante: difícil de definir, porém muito fácil de se reconhecer (VEIGA et alli, 2001). Ou a ponderação de Zander Navarro, para quem “As fronteiras entre as expressões utilizadas não são inteiramente segmentada e seus significados se interpenetram” (NAVARRO, 2001, p. 90).

4.2.1. Ênfase nos aspectos econômicos

Enfaticamente, apenas o Entrevistado Gov 20 manifestou juízo favorável ao pragmatismo economicista.

Eu vejo o desenvolvimento como o local, um determinado município, sendo uma coisa que mostre resultado, que traga benefícios, ou mostre alguma coisa pra sociedade. Desenvolver é mostrar que tem coisas que podem beneficiar. (ENTREVISTADO GOV 20, p. 125).

Possivelmente, também outros entrevistados comunguem com o pensamento do Entrevistado GOV 20, senão de maneira tão enfática, porém advogando que a dimensão econômica, enquanto, por exemplo, oportunidade de geração de trabalho e renda, é muito importante para o desenvolvimento. No entanto, dada a quase ausência de manifestações dos sujeitos da pesquisa que atrelam o desenvolvimento a aspectos meramente econômicos ou mesmo ao crescimento econômico, infere-se que, ao menos no âmbito do universo amostral, é desvelada uma consciência crítica frente a esta perspectiva de desenvolvimento. O discurso da Entrevistada ONG 2 (p. 9) parece representar bem esse ideário, quando a mesma nos diz que

Em Afogados da Ingazeira, se tu fores andando, basta olhar em cada esquina, tem o comércio de alguma coisa. Então, Afogados da Ingazeira, com os anos, foi crescendo, se desenvolvendo como polo, na região. Se concentra muito a questão da industrialização, mas eu a vejo mais voltada mais pro comércio. Eu não vejo, por exemplo, a agricultura familiar bem desenvolvida em Afogados da Ingazeira.

A leitura que a participante da pesquisa em tela tem dessa desproporcionalidade entre os setores da economia também pode ser conferida nos dados referentes ao PIB do

município. Intensa participação do setor de serviços, relevante presença das indústrias e acanhada participação das atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

A ponderação do Entrevistado GOV 5 (p. 29) é permeada pela habitual associação entre desenvolvimento e crescimento econômico, quando este nos diz que Afogados da Ingazeira “[...] é uma cidade que está em fase de crescimento, que está em ascensão nesse aspecto econômico-social. E eu acho que ela vai mais longe, tem mais como crescer, como se desenvolver”.

O Entrevistado ONG 11, por sua vez, ao contextualizar o panorama contemporâneo do Sertão do Pajeú, chama a atenção para os problemas de ordem socioambiental, como a degradação do meio ambiente e a insuficiência de ações para o enfrentamento de uma prolongada estiagem, dando margem para um entendimento de que a situação é agravada pela fragilidade econômica do Território do Sertão do Pajeú.

Estamos com todos os reservatórios em colapso, com exceção de [da barragem de] Brotas, que está com 15%. O rebanho bovino foi dizimado, começa a se recuperar lentamente. Estamos atravessando o quinto ano dessa seca e os reservatórios não foram reabastecidos e a gente não tem políticas governamentais pra enfrentar essa situação. [...] Do ponto de vista territorial, o Sertão do Pajeú é a penúltima região do Estado [de Pernambuco] em desenvolvimento econômico [...]. Então, é uma região que ainda precisa de muito investimento, precisa de um olhar do Estado mais delicado pra essa situação. (ENTREVISTADO ONG 11, p. 71).

Outra característica importante das falas que ressaltam os aspectos econômicos do desenvolvimento pode ser visto na explanação da Entrevistada ONG 4:

O desenvolvimento em si, ele não é só o destruir. Principalmente porque a gente sabe que essas grandes obras trazem grandes benefícios, de acesso a trabalho, de outras coisas, mas também trazem grandes questões que estão voltadas mais para áreas sociais: a desapropriação das comunidades e o desrespeito às comunidades que viveram ali, à tradição, à cultura que existia. (ENTREVISTADA ONG 4, p. 26).

Percebemos que a entrevistada faz uso do termo *desenvolvimento* quando quer fazer menção às sequelas do crescimento desordenado pelo qual tem passado Afogados da Ingazeira nos últimos anos, principalmente em sua sede.

4.2.2. Ênfase nos aspectos humanos e/ou sociais

Outro aspecto enfatizado pelos entrevistados, conforme se pode perceber na fala da Entrevistada Sin 8 (p. 51), é o atrelamento do desenvolvimento à equidade social:

Eu costumo dizer que a palavra desenvolvimento talvez tenha sido criada meramente pelo capitalismo e a gente dos movimentos sociais colocou o *sustentável* na frente pra ver se dá um negócio mais bonito, porque o desenvolvimento, por si só, ele não contempla e não é bom pra sua gente. Pode ser [bom] pra uma pequena camada da sociedade, mas, para o todo, ele não é bom.

A mesma entrevistada continua, mais à frente, a defender a ideia de que não há desenvolvimento sem a diminuição das assimetrias sociais:

Se no aspecto econômico boa parte da população tem um poderio econômico, enquanto o povo do campo, por exemplo, que as coisas chegam mais lentamente, não tem esse desenvolvimento econômico, é desenvolvimento pra quem? Pra 10% da sociedade e pro resto o desenvolvimento não funciona? Então, pra mim, não é desenvolvimento (ENTREVISTADA SIN 8, p. 52).

A Entrevistada ONG 4 (p. 26), por sua vez, atentou para a vinculação do desenvolvimento com a valorização das pessoas e com suas respectivas culturas, para em seguida contextualizar com a realidade empírica do lócus da pesquisa, salientando que “[...] é o valor da agricultura familiar, é a valorização do conhecimento das pessoas. Eu acho que uma sociedade desenvolvida tem cultura, tem conhecimento. [ENTREVISTADA ONG 4, p. 26].

Além de se posicionar criticamente contra a ideia de desenvolvimento como processo de urbanização, a entrevistada aponta um caminho.

Desenvolvimento hoje está caracterizado como a urbanização, como o asfaltamento, como o saneamento básico... Eu acho que não é somente isso, desenvolvimento é além disso. Pelo trabalho das ONGs, voltando mais pra essa linha sobre as questões ambientais, acho que tem um grande avanço nesse sentido, pra essas questões da produção, da organização social, eu acho que tem um grande avanço nesse sentido. (ENTREVISTADA ONG 4, p. 23).

Para Navarro (2001), as expectativas e o jogo das disputas sociais passaram a ser determinadas a partir do momento que o tema do *desenvolvimento* passou a ocupar importância no campo da *política*, a partir do início da metade do Século XX. Percebe-se no teor das falas dos entrevistados, tanto nos trechos reproduzidos acima quanto

naqueles que aparecerão doravante, a dificuldade de se desatrelar os termos do binômio política-desenvolvimento.

4.2.3. Cidadania, qualidade de vida e acesso a bens e serviços

Aspectos ligados às fragilidades do município de Afogados da Ingazeira em proporcionar adequadamente a seus cidadãos, em especial àqueles que habitam no meio rural, condições mínimas para o exercício da cidadania, que lhes permita ter melhoras na qualidade de vida e acesso a bens e serviços são tratados com certa mordacidade pelos entrevistados, como se percebe, por exemplo, na assertiva do Entrevistado Gov 5 (p. 32): “Eu não concebo existir o desenvolvimento onde o homem não tenha uma qualidade de vida razoável”.

O sentimento de inconformismo perante as assimetrias sociais que parecem acometer o município também pode ser percebido na sequência de falas do Entrevistado Sin 9 (p. 62). Sobre a área de Saúde, o mesmo atesta: “Eu não posso pensar em desenvolvimento aonde eu não tenho Saúde de qualidade. Quando eu digo, não é aquele clínico geral, não! É ter especialistas em todas as áreas”. O mesmo entrevistado momentos antes já havia abordado o tema, contextualizando com a realidade empírica do Território do Sertão do Pajeú, acerca da incompatibilidade entre desenvolvimento e ausência de serviços de Saúde minimamente apropriados à demanda de uma população local.

Poxa, o menor município que nós temos aqui [no Território do Sertão do Pajeú] não *passa de* 4 mil pessoas! Aí você vai pra um município desses, não tem um hospital. Temos um hospital regional aqui em Afogados da Ingazeira que chamam de regional porque querem. Mas a estrutura não comporta. Temos que mandar nossas pessoas pra Caruaru e pra Recife! Então, que desenvolvimento é esse? Não existe! Poxa, um município que não consegue tratar da própria saúde de suas pessoas vai cuidar do quê, pelo amor de Deus? (ENTREVISTADO SIN 9, p. 60).

No que se refere à importância da Educação para a promoção do desenvolvimento, contextualizada para a realidade empírica do lócus da pesquisa, percebe-se um tom de insatisfação nas falas dos entrevistados ao se referirem à um presumível cenário precariedade, sobretudo nas áreas rurais: “Eu não posso pensar num desenvolvimento se eu tenho uma Educação multisseriada, onde vou ter uma criança de 5 anos está junto com uma de 12”. (ENTREVISTADO SIN 9, p. 62). A inquietação

com a falta de estímulo para a permanência do jovem no campo é perceptível na fala da Entrevistada ONG 7 (p. 39) e do Entrevistado SIN 16 (p. 99), respectivamente:

A educação é voltada para o público da cidade. E não favorece à zona rural. Que, se tu for olhar na região, muita escola está sendo fechada, do campo, estão sendo nucleadas. E estão fazendo com que a juventude [rural] venha estudar na cidade. O jovem não tem mais aquele vínculo de - *ah, eu vou viver do campo, eu quero ser um médico, mas pra atuar no campo.*

As dificuldades de o pessoal ficar no campo, de o jovem querer ir pra roça, querer ir limpar mato, querer brigar pra ficar no campo, são dificuldades que existem, são desafiadoras. Nossa educação formal não incentiva, entendeu? Você não trabalha [na escola], por exemplo, a questão de subsistência, a questão sustentável, a nossa realidade de trabalho, quer dizer, quando a gente 'tá se formando, a gente 'tá se formando pra sair do campo. E isso ainda continua, pô! A gente percebe que no campo hoje, quando você tem um filho, ele está estudando pra sair do campo. (ENTREVISTADO SIN 16, p. 99).

A Entrevistada ONG 7, por sua vez, destaca o desinteresse dos jovens que retornam diplomados dos grandes centros urbanos em retornarem às suas origens, de forma a dar seguimento às atividades desenvolvidas pelos seus pais, especialmente aquelas relacionadas à agricultura familiar e à pecuária de pequeno porte: “Os filhos ‘tão indo estudar fora da cidade, pra mais tarde voltar. E muitas vezes quando voltam, não voltam pra sua origem de agricultor, e de criador, mas pra abrir um consultório, uma loja, um comércio ou um escritório de advocacia.” (ENTREVISTADA ONG 7, p. 39).

Parece haver uma inquietação com respeito à dificuldade de se dar continuidade ao legado dos sertanejos com relação aos ofícios típicos do sertão, isto é, as novas gerações de sertanejos parecem não demonstrar interesse em exercer os mesmos ofícios dos seus pais, os quais remontam aos antepassados das famílias. E a quebra dessa tradição tende a refletir na escassez de mão de obra para trabalhos voltados para as atividades agropecuárias.

Sem desconsiderar as preocupações do Entrevistado Sin 9 no que concerne à dificuldade contemporânea de tornar a vida no campo atrativa para os jovens rurais, de forma que estes não precisem abrir mão do legado de seus pais agricultores e partam em busca de oportunidades de emprego e renda na *urbe*, o trecho abaixo reproduzido parece retratar a dificuldade citada por Veiga et alli (2001), quando estes afirmam que há uma dificuldade, no Brasil, em se separar o rural do agrário:

Se você for levar em consideração alguns aspectos, tanto econômico, ambiental, social, você observa que nós estamos passando por um período muito difícil, onde hoje, aqui em Afogados da Ingazeira, só por um exemplo, hoje o sertanejo, ele não está mais desempenhando a função como sertanejo, como há 30 anos “atrás”. Pra você ter uma ideia, hoje nós temos apenas 20% dos afogadenses residindo na zona rural, certo? (ENTREVISTADO SIN 9, p. 53).

Outro aspecto considerado pelo Entrevistado Sin 9, que, segundo o mesmo, denota ausência de desenvolvimento, diz respeito à Cultura:

Eu não posso pensar num desenvolvimento sem ter um projeto de cultura adequado. Como posso ‘*tá* agregando meus músicos, meus pintores, meus escultores, meus artistas plásticos, meus repentistas, meus poetas, meus contadores de história, meus emboladores, certo? Eu não posso estar pensando [em desenvolvimento], se eu tenho a cultura desse jeito. (ENTREVISTADO SIN 9, p. 62).

A inexistência de outros aspectos que predizem a essência da cidadania, como educação no trânsito e políticas e/ou ações de acessibilidade, para esse entrevistado, não dá margem sequer para se pensar na ideia de desenvolvimento.

Eu não posso pensar num desenvolvimento em Afogados de Ingazeira onde não possa ter uma educação de trânsito, onde uma pessoa pode estacionar o carro em qualquer lugar, queimar o sinal vermelho, não ter *blitz* pra ver se o *cabra* é habilitado ou não. Eu não posso pensar desenvolvimento se eu tenho calçadas onde um cadeirante não possa passar. Que desenvolvimento é esse, sem acessibilidade? Pra falar com o prefeito – ele trabalha no primeiro andar – tem uma escada que um cadeirante não vai, que um idoso não vai. [ENTREVISTADO 9, p. 62].

As impressões do Entrevistado SIN 9 sobre desenvolvimento parecem enfatizar que a inexistência de fatores que apontem ou favoreçam o desenvolvimento não permitem sequer um debate sobre o tema. Suas ponderações são concluídas com um exemplo da dura realidade que assola as populações menos favorecidas que habitam os territórios rurais brasileiros. “Eu vou pensar desenvolvimento, se eu vejo casas que nem banheiro tem? Nem uma fossa tem? É assim que eu vou pensar em desenvolvimento?” [ENTREVISTADO 9, p. 62].

Chamou a atenção a dificuldade enfrentada pela Entrevistada ONG 14 para que a mesma revelasse suas impressões sobre desenvolvimento, sob alegação de que sua experiência de vida desfavorece a elaboração uma descrição condizente com as mais usuais do conceito ou mesmo do termo desenvolvimento.

A entrevistada parece condicionar suas limitações em responder à questão a uma presumível falta de intimidade com o tema, como se o desenvolvimento fosse um fenômeno tangível para outras realidades, mas não para sua comunidade.

Eu não saberia nem como descrever o que significa o desenvolvimento porque, infelizmente, para a gente, que vive lá na zona rural, é claro que houve mudanças, houve desenvolvimento. Pequeno, Mas teve. Mas ainda não é o bastante. Eu acredito que eu não teria uma definição mais ampla, do que seria o desenvolvimento porque, pra mim, ainda não “tá do jeito que a gente merece. (ENTREVISTADA ONG 14, p. 93).

Em tom mais ameno, duas dentre as entrevistadas associam a ideia de desenvolvimento a nuances que remetem à um padrão melhor de qualidade de vida. Para a Entrevistada SIN 4 (p. 26), desenvolvimento “[...] é ter acesso a uma alimentação saudável, ou se não tiver acesso à alimentação saudável pela forma de produzir, ou pelo próprio acesso às pessoas que vendem”, ao passo em que, no entendimento da Entrevistada GOV 15 (p. 97), “Desenvolvimento é a gente poder viver no local que a gente trabalha; é a gente poder ter a participação na produção da nossa alimentação; é a gente ter uma qualidade de vida, ter saúde, educação, ter lazer, ter acesso às políticas”.

4.2.4. Equidade social, oportunidades e empoderamento

A preocupação dos entrevistados com as assimetrias sociais também podem ser percebidas nas ponderações a seguir, em que fatores como equidade social, incluindo questões de gênero; oportunidades de emprego e renda; e ações que visem desconcentração na distribuição de renda são apontados como condicionantes para a comprovação da existência de desenvolvimento. Para o Entrevistado GOV 5 (p. 32),

Se uma cidade, se uma região tem um parque de produção industrial, ou comércio, ou agroindústria, ou pecuária, ou indústria têxtil, o que você imaginar, se essa riqueza não for compartilhada pelas pessoas, não é desenvolvimento. É desenvolvimento fictício, unilateral. O desenvolvimento tem que ser usufruído pelas pessoas que fazem parte da história da cidade. A questão de distribuição de renda, não é?

Não passa despercebida a importância de se promover um desenvolvimento que abranja a totalidade do território, sem distinções socioespaciais, de forma que aqueles que habitam no rural

[...] consigam viver, não só sobreviver, mas viver bem lá na comunidade rural, não precise sair da zona rural pra ir buscar sustentabilidade financeira e pessoal em outro lugar, garantir o bem-

estar das famílias onde elas estão; a partir do momento que se tem garantia de Saúde, Educação, trabalho, garantia do bem-estar das famílias, acho que isso é desenvolvimento. (ENTREVISTADA ONG 18, p. 117).

A presença de ONGs que lutam no campo das questões relacionadas a gênero¹⁷ é outra característica marcante do município de Afogados da Ingazeira. Embora sediadas no lócus da pesquisa, sua atuação se dá nos municípios circunvizinhos. Seu trabalho é centrado principalmente no empoderamento das mulheres, na diminuição das desigualdades entre gêneros e na luta contra a violência sofrida pelas mulheres que ali habitam. Este último viés parece ser preponderante para a Entrevistada ONG 4 (p. 26), para quem não pode existir desenvolvimento em um território sem haver o devido respeito às mulheres. “Não existe uma sociedade desenvolvida onde a gente mora em uma região que tem um dos maiores índices de violência contra a mulher, e a gente pergunta: que desenvolvimento é esse que mata as mulheres?”.

Questões ligadas à existência de oportunidades de trabalho, emprego e renda também foram lembradas por alguns entrevistados. Como cerca de 4/5 da população reside na sede do município, tornam-se perceptíveis suas preocupações com a manutenção dos jovens no campo, bem como as dificuldades para quem labuta na agricultura familiar ou na pecuária de subsistência, como evidencia o Entrevistado Sin 9 (p. 62): “Eu vou pensar em desenvolvimento se eu não tenho condições de manter o meu jovem trabalhando lá no campo? Eu vou pensar em desenvolvimento hoje se eu não tenho condições de manter duas vacas no pasto, no meu sítio?” O Entrevistado Sin 6, por sua vez, evidencia a falta de oportunidades mesmo diante de um cenário favorável uma melhor qualificação dos trabalhadores.

Pro município se desenvolver melhor, precisa ter vaga de emprego no município. Porque mesmo que tenha esse monte de coisa que foi citada, ainda tem muitas pessoas daqui do município que estuda, se forma, e não tem uma oportunidade de arrumar um emprego aqui no município. [ENTREVISTADO SIN 6, p. 38].

Na opinião da Entrevistada ONG 21, a condição fundamental para favorecer o desenvolvimento

¹⁷ Dentre a quais, podemos citar, por exemplo, o Grupo Mulher Maravilha, a Casa da Mulher do Nordeste e a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, todas elas com escritório em Afogados da Ingazeira.

se dá quando se envolve a maior parte das pessoas na compreensão das suas realidades, dos seus desafios e quando elas se tornam protagonistas dessa transformação, da sua própria transformação. Então, desenvolvimento, pra mim, está muito ligado ao empoderamento das pessoas. [ENTREVISTADA ONG 21, p. 131].

E conclui suas impressões sobre a importância do empoderamento das pessoas para o desenvolvimento explicando brevemente o *modus operandi* da entidade à qual a mesma mantém vínculo profissional.

A ONG tem como um foco de atuação o empoderamento das pessoas pra compreenderem a sua realidade e incidirem sobre ela. A gente chama isso de *advocacy*. Esse é um termo muito utilizado pelas agências financiadoras que nós temos parceria, para que as pessoas percebam o seu entorno e as oportunidades de transformação, que não se espere que alguém faça por elas, que elas entendam a sua realidade, se organizem com outras pessoas e advoguem pelas suas causas.

O empoderamento das pessoas, se enxergado como elemento da participação social, está, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, entre os elementos centrais apontados pelo Governo Federal que integram uma visão atualizada de desenvolvimento (MDA/CONDRAF, 2008).

Até agora, em trabalhando os sentidos de desenvolvimento, surgiram falas de caráter crítico em torno dessa categoria, a destacar, por exemplo, as considerações do Entrevistado Sin 9.

Passemos às considerações em torno de Sociedade Civil.

4.2.5. Sociedade civil organizada

A capacidade de organização da sociedade civil do Território do Sertão do Pajeú – e, por conseguinte do município de Afogados da Ingazeira, protagonista e pioneiro que é neste sentido – tem o reconhecimento do Governo Federal (BRASIL, 2011), e não passa despercebida ao longo das respostas de alguns sujeitos da pesquisa, como, por exemplo, o Entrevistado Sin 9, para quem “Há coisas erradas em todos os setores, mas isso é prova: aquilo que a sociedade civil gerencia é bem melhor do que o poder constituído, bem melhor. (ENTREVISTADO SIN 9, p. 55).

Embora haja alguns posicionamentos, de alguns entrevistados, que apontam para certa acomodação da sociedade civil local, como a Entrevistada GOV 1, para quem “[...]”

a participação da sociedade civil é mediana, ela já foi mais ativa, ela já exigiu mais, ela já pediu mais, ela já reivindicou mais. Hoje eu acho o pessoal meio acomodado”, há também, por outro lado, aqueles que são enfáticos ao ressaltarem o protagonismo dos atores da sociedade civil no cenário local, como parece ser o caso desse trecho da fala da Entrevistada ONG 13 (p. 88), quando a participante em tela afirma que “[...] a sociedade civil hoje é quem está levando em frente e buscando... e muitas políticas públicas estão partindo da sociedade civil, isso é garantido”. A seguir, outras passagens que exaltam essa virtude do afogadense e do pajezeiro:

Esses avanços devem-se exatamente à organização da sociedade civil, ao funcionamento e à capacidade das organizações não governamentais que atuam aqui há bastante tempo. Então isso forma um capital social, um capital técnico também que dá esse impulso: atrair as políticas públicas, atrair os programas, e fazer as coisas acontecerem para o nosso território. (ENTREVISTADO GOV 3, p. 13).

[...] o sertão se confunde totalmente com o campo. Tudo o que a gente é hoje no sertão, no campo urbano, se dá [graças à] a evolução, no campo rural. Tudo vem do rural. Se a gente não tiver essa leitura, a gente vai compreender assim: *não, é que o comércio evoluiu...* A gente tem que entender porque é que o comércio vem evoluindo. É por uma condição de organização do campo, de políticas que chegaram ao campo, de programas que chegaram ao campo, que antes a gente não tinha, mas que a nossa forma de organização fez com que isso chegasse ao ponto que a gente está hoje. (ENTREVISTADA SIN 8, p. 45).

O raciocínio acima corrobora com a ponderação de Veiga et alli (2001, p. 11), onde se lê que “É muito importante entender, então, que no capitalismo mais avançado o desenvolvimento de uma região rural há muito tempo deixou de depender do desempenho de sua agricultura”.

No entanto, a partir do PIB de Afogados da Ingazeira, como se mostrou anteriormente, considerando a série histórica 1999 – 2013, a participação do setor agropecuário se mostra extremamente inferior às participações dos setores de serviços e, em menor escala, da indústria. Que rural é este?

A presença de um razoável número de ONGs e órgãos públicos, segundo a visão da Entrevistada ONG 13, estão entre os fatores que favorecem o desenvolvimento do município:

Observo que é um município que está tendo muita valorização ou certo potencial na questão de ter a oportunidade de ter muitas instâncias que favorecem o desenvolvimento. Tem muitas instituições que estão sediadas em Afogados da Ingazeira e estão contribuindo para o desenvolvimento do município. Embora não atuem somente aqui, mas

até por pessoas que não são o público delas, mas mesmo assim está tendo um olhar geral. (ENTREVISTADA ONG 13, p. 87).

O COMDRUR, dada a frequência com que aparece nas entrevistas e a maneira respeitosa como é mencionado pelos sujeitos da pesquisa, parece ser o retrato mais fidedigno da capacidade de organização da sociedade civil em Afogados da Ingazeira.

Afogados, como apresenta um maior número de instituições, de organizações, sai na frente por causa disso, por causa dessa organização. Todos os conselhos, todas as instituições, estão lá dentro [do COMDRUR]. São ações desse Conselho que fortalecem empreendimentos, a própria assessoria, então, ele traz essas políticas que ajudam a contribuir com todo esse fomento político da região. (ENTREVISTADA ONG 4, p. 22).

Quando a gente e esse pessoal [COMDRUR] 'tá reunido, eles estão procurando alternativas e projetos que venham a melhorar a vida do pessoal de cá, e não ver só a questão de projetos que visem só o seu crescimento pessoal. Por isso que em algumas determinadas localidades, cidades, não se desenvolvem. O pessoal não vê como importância o desenvolvimento local e sim a questão pessoal. E aqui eu vejo muito presente essa questão que o pessoal vê essa questão do todo, do coletivo. (ENTREVISTADO ONG 10, p. 66).

Merece destaque o fato de o Conselho, desde os seus primórdios, contemplar tanto as demandas dos contextos rurais quanto aquelas do perímetro urbano do município.

O Entrevistado Sin 16 (p. 100) enfatiza a seriedade do COMDRUR ao lembrar que há casos em que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como as organizações comunitárias (Associações, Cooperativas, etc.) existem meramente por serem uma condição, uma exigência dos Governos e dos agentes financiadores para que haja o repasse dos recursos e a execução dos subprojetos.

Tem alguns municípios que tem os Conselhos de forma mais consistente, mais consciente do que quer. Tem alguns que tem o Conselho por causa dos programas governamentais, que ações só vem através do Conselho, aí formou o Conselho pra receber os programas, já que não tem mais aquela forma de antigamente, de o político trazer [os programas]. Não, poder vir o poço pra comunidade, tem que ter a associação, tem que passar no Conselho, entendeu? (ENTREVISTADO SIN 16, p. 100).

Talvez em razão de uma fragilidade decorrente da aplicação do nosso instrumento de pesquisa, tenha havido certa falta de estímulo, por parte dos entrevistados, em falar sobre outras arenas participativas e deliberativas existentes no

município, como, por exemplo, aquelas que tratam dos assuntos relacionados às ações do PTC.

4.2.6. Meio ambiente e sustentabilidade

O atrelamento do desenvolvimento a assuntos que envolvam a preservação e a conservação da natureza foi abordado com certa veemência. As restrições hídricas tem sido agravadas por uma forte estiagem que assola o semiárido nordestino desde meados de 2010. Apontado como um dos elementos de uma visão atualizada de desenvolvimento pelo Governo Federal (MDA/CONDRAF, 2008), a conservação da biodiversidade e convivência com biomas não passaram despercebidas nas entrevistas.

A gente não pode viver no semiárido, explorar o semiárido, como vem acontecendo, com a concepção tecnológica de outro bioma. Nós *somos* um ambiente que há restrições hídricas, ou seja, onde os recursos hídricos, eles não são escassos, mas eles são muito variáveis, no tempo e no espaço, e a gente não pode conviver num ambiente como esse com uma concepção tecnológica que foi desenvolvida pra ambientes onde há muita oferta de água. Infelizmente, é o que acontece aqui. (ENTREVISTADO ONG 11, p. 76).

As preocupações do Entrevistado ONG 11 (p. 77) vem acompanhadas de um exemplo por ele apresentado, que nos dá uma noção do desperdício de água provocado pela falta de investimentos em tecnologias compatíveis com a escassez hídrica local: “Pra você ter ideia, a gente tem um abatedouro em Afogados da Ingazeira, que consome água equivalente ao município de Tabira inteiro. Então, a gente não pode dizer que isso é desenvolvimento”.

Fazendo uso de uma terminologia que tem sido muito empregada por pessoas que de alguma maneira lidam com as agruras do sertão nordestino – *convivência com o semiárido* – o Entrevistado Sin 9 demonstra certo comedimento ao ponderar sobre as limitações impostas pelo ambiente para quem deseja permanecer vivendo no Sertão do Pajeú:

Infelizmente, hoje a gente busca alternativas para a convivência com o semiárido. E essa convivência com o semiárido, ela surge de uma necessidade onde as heranças dos nossos antepassados chegou a esse ponto. É conviver com o que nós temos, é aprender a conviver com o *pouco*, onde nós temos que buscar alternativas para continuar sobrevivendo aqui. (ENTREVISTADO SIN 9, p. 53).

Outra característica percebida no discurso de alguns participantes da pesquisa parece ter sido a condição da sustentabilidade como pré-requisito para a presença de desenvolvimento. O Entrevistado GOV 3 (p. 19) é taxativo: “O desenvolvimento, pra mim, se ele não vier casado com o sustentável, pra mim, ele não é desenvolvimento. Ele é qualquer coisa, menos desenvolvimento. E continua:

Não trago crescimento, essa palavra crescimento, por que está superado. Mas vamos discutir desenvolvimento com sustentabilidade, isso seja na empresa, seja na indústria, seja no comércio e principalmente pra área que eu conheço, que é a agricultura, que é o campo, que é o rural. Então, pra mim, desenvolvimento tem que ter sustentabilidade. [ENTREVISTADO 3, p. 19].

Preocupações com as consequências das interferências antrópicas decorrentes do manejo inadequado dos recursos naturais constituíram o mote do argumento de pelo menos dois dos entrevistados ao responderem suas respectivas concepções de desenvolvimento.

Se a gente não pensar em produzir pensando em preservar o solo, conservar o solo, deixar nutrientes no solo, fazer o manejo da caatinga correto, sem queimar, não usar agrotóxico, não usar veneno, que o agricultor possa se capacitar para ele produzir seus próprios insumos, ao invés de ir buscar insumo externo caro e químico pra utilizar e prejudicar o meio ambiente. Pensar em fazer desenvolvimento, fazer agricultura, ou instalar indústrias sem pensar em como nós vamos manejar os recursos naturais, pra mim, esse desenvolvimento não vai a lugar nenhum [ENTREVISTADO GOV 3, p. 19].

Pra qualquer lugar do mundo, não só pro semiárido, a minha concepção de desenvolvimento é aquela que ajuda as pessoas a viverem no seu lugar sem degradar a base de recursos naturais, ou seja, o indivíduo que mora em qualquer bioma do planeta tem que conviver de acordo com o que aquele bioma oferece. (ENTREVISTADO ONG 11, p. 76].

As ponderações do Entrevistado ONG 11 (p. 74) trazem à baila fatores presumidamente limitantes ao desenvolvimento, especialmente aqueles inerentes à ausência de segurança hídrica. “É muito difícil dizer que um município do semiárido é muito desenvolvido, não é? Por exemplo, você não tem segurança hídrica, né? Qual a população que vive bem sem uma segurança hídrica?”. E continua

Nós temos uma adutora que depende de um rio que está secando. Que daqui a uns dias, o setor energético pode segurar a vazão de [da hidrelétrica de] Sobradinho e essa adutora ser penalizada, ou seja, passar também por racionamento. Então, assim, se você comparar com outros municípios, a gente pode até dizer que ele é desenvolvido, mas não considero isso, não. (ENTREVISTADO ONG 11, p. 74-75).

Nesta direção, observa-se que a preocupação de alguns entrevistados com a estiagem vem acompanhada de um sentimento de alívio por causa das intervenções antrópicas. No caso específico de Afogados da Ingazeira, a adutora Zé Dantas, que leva ao município as águas do Rio São Francisco.

O pajezeiro tem que aprender a viver com sua realidade, com sua característica intrínseca de clima. Nós somos semiárido (sic), do sertão, nós não temos água suficiente. Temos duas barragens, dois mananciais públicos de médio porte que nunca secaram e que secaram agora em 2013, e as pessoas achavam que nunca ia secar, então tiveram essa surpresa desagradável. Então, a crise foi geral. A sorte nossa foi que chegou a adutora do São Francisco, o ramal da adutora passando por aqui, se ampliou, chegou a tempo de salvar as famílias, salvar toda a população (ENTREVISTADO GOV 5, p. 28).

Há indicativos da consciência de se diferenciar a complexidade do desenvolvimento com mero crescimento, sendo este segundo entendido pela Entrevistada ONG 7 (p. 39) como nocivo ao meio ambiente.

O verde era muito maior. A extensão de plantios, de criação de bichos, era muito maior. É como se a gente tivesse vendo, a olho nu, uma diminuição desse espaço, que a gente não consegue mais alcançar, ver aquela extensão verde que a gente tinha, que dá uma característica de crescimento. Até porque, mesmo tendo áreas que não são cultivadas, que é a área da caatinga, a gente ‘tá vendo ela ser devastada, seja por conta de falta de chuva, seja por conta da degradação provocada pelo ser humano (ENTREVISTADA ONG 7, p. 39).

Percebe-se que a preocupação dessa entrevistada com o crescimento desordenado está centrada na falta de iniciativas para promover a conservação e inibir a degradação do meio ambiente.

Há uns 5 anos atrás eu não via tantos loteamentos como agora. Daqui pra Queimada Grande a gente tinha uma área muito grande de caatinga, onde não tinha residências, era só a vegetação. Então, agora quando você vai, é um loteamento de um lado, é outro loteamento do outro, mais na frente já estão desmatando pra fazer outro loteamento. Então, essa área verde que a gente tinha, de preservação, as pessoas estão destruindo (ENTREVISTADA ONG 7, p. 39).

Ações e/ou políticas mitigadoras dos efeitos da escassez hídrica promovidas pelos atores territoriais locais foi lembrada como indicativo de desenvolvimento pelo Entrevistado Sin 16 (p. 104). Infere-se da sua fala que as populações dos contextos rurais populares do município de Afogados da Ingazeira foram beneficiadas por essas iniciativas, embora se continue a depender das intempéries do clima.

Por exemplo, a questão de desenvolvimento dos recursos hídricos: não tem água sobrando, mas tem uma água que otimiza o uso pra que o pessoal não fique no gabinete [do prefeito] atrás de carro-pipa. Ainda tem, mas diminuiu bastante em relação a isso. Nós temos várias comunidades com água na torneira, através de poço, através de sistemas simplificados de adutoras. Então, isso aí tem ajudado bastante no desenvolvimento do campo.

Percebe-se, na fala acima, a maneira como o termo desenvolvimento é empregado fortuitamente. Seja para falar do desenvolvimento dos recursos hídricos, seja para se referir ao desenvolvimento do campo, a intenção do entrevistado ao utilizar o termo desenvolvimento parece ser indicar avanços, melhoras, etc. A seguir, abordaremos outras impressões e percepções que apontam nesse sentido, que qualificam o desenvolvimento como uma espécie de *remédio para todos os males*.

4.2.7. *Panaceia*

Ideias que associam o desenvolvimento a algo que mudará a vida de todos para melhor, como já vimos em Miranda (2012), podem ser percebidas nas respostas de alguns extensionistas rurais, tais como a Entrevistada ONG 7 (p. 44), para quem desenvolvimento “É uma melhor saúde, uma melhor educação, uma saúde pra todos, uma educação pra todos, então, isso pra mim é desenvolvimento, um avanço”; o Entrevistado SIN 9 (p. 62), que entende desenvolvimento como “[...] aquilo que sempre vai crescendo com harmonia em todos os setores”; O Entrevistado SIN 16 (p. 104), cuja percepção de desenvolvimento “[...]é você mudar de uma situação que não ‘tá legal, pra melhorar, entendeu? Então, desenvolveu”.

Para a Entrevistada SIN 12 (p. 84), a existência de políticas é imprescindível para o desenvolvimento, uma vez que, para a mesma, “O desenvolvimento só acontece se as políticas públicas acontecerem. Se essas políticas são difíceis de conseguir, não acontece o desenvolvimento”.

Da fala do Entrevistado SIN 9, ao tempo que infere-se sua precisão em definir o que o próprio não conceituaria como desenvolvimento, revela certa dificuldade que o mesmo tem em expressar uma conceituação condizente com seu discurso.

Muitos conceitos de desenvolvimento que o pessoal tem é *uma cidade bonita, é uma cidade grande, é uma cidade politizada, é uma cidade-referência*. Pra mim, não. Pra mim, desenvolvimento tem que ter todas as estruturas necessárias para que permitam pra você ter o

desenvolvimento. Ou eu quero desenvolvimento de faz-de-conta, pra entrar pra história? [ENTREVISTADO 9, p. 63. Grifos nossos.].

Em poucas palavras, a Entrevistada SIN 8 conseguiu associar ao desenvolvimento, harmonicamente, elementos como sustentabilidade, solidariedade, equidade e conforto material.

Desenvolvimento pra mim, tem que vir com sustentável, com solidário na frente, que é pra todo mundo. Tu *tem* que *'tá bem*, mas eu tenho que *'tá bem* também. Tu *tem* que *'tá bem* na cidade, com teu carro, tá bom, eu tenho que *'tá bem* no meu sítio, com minha parabólica, com minha piscina, se for o caso, enfim, com tudo o que todo mundo tem. [ENTREVISTADO 8, p. 52].

Para finalizar, chamamos a atenção para o trecho de uma fala que traduz a mentalidade de um serviço de ATER que ainda persiste no rural brasileiro.

Tem comunidades que, pelo menos no Sertão do Pajeú, vivem e exploram suas atividades econômicas de forma muito artesanal, muito atrasada, sem nenhuma tecnificação. As pessoas ainda produzem esperando as chuvas. A agricultura familiar [é] baseada na agricultura de sequeiro, se chover, tiver *no bom* de chuva, tem expectativa de produção, se não tiver chuva, [a] frustração é geral. Procura se capacitar pra se adequar, a interagir com essa realidade, trazer sua experiência de técnico pra somar alguma coisa e conviver de forma harmônica com essas famílias, de forma a trazer pra eles alguma contribuição acadêmica que possa mudar a realidade deles, de poder contribuir para que eles possam otimizar o uso dos seus recursos materiais em prol da melhoria da qualidade de vida dessas famílias (ENTREVISTADO GOV 5, p. 27-28).

Longe da intenção de desmerecer a seriedade e o profissionalismo dos extensionistas rurais que adotam tal conduta, ou dos responsáveis pela persistência do emprego dessa *cartilha*, o intuito de reproduzir a fala acima é demonstrar o quão complexa é a lida cotidiana de quem pretende atuar na extensão rural, seja como formador, seja como extensionista.

Então, tratou-se desenvolvimento aqui, segundo a perspectiva dos participantes da pesquisa, relacionando a aludida categoria analítica com conceitos como equidade social, cidadania, meio ambiente, sustentabilidade, acesso a bens e serviços, crescimento econômico, empoderamento e qualidade de vida.

E, neste capítulo, construíram-se argumentos com as falas dos participantes da pesquisa para responder, a partir deles e delas, a questão maior que orienta a investigação donde se originou o presente texto: como se manifestam as representações

de extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira a respeito das conceituações sobre território e desenvolvimento enquanto estratégias que podem promover o bem-estar social?

CONCLUSÃO

A presente dissertação é resultante de um estudo acerca da manifestação das representações de extensionistas rurais com ação no campo a respeito de território e desenvolvimento enquanto estratégias que podem promover o bem-estar social, tendo como cenário o município de Afogados da Ingazeira, situado no Estado de Pernambuco, mais precisamente no Território do Sertão do Pajeú. Emerge de duas inquietações do pesquisador em investigar a problemática proposta na pesquisa, a saber: a primeira inquietação tem a ver com a valorização do ponto de vista do extensionista rural a respeito de temas que envolvam as categorias analíticas aqui estudadas, território e desenvolvimento; e a segunda, contribuir, mesmo que humildemente, com a aproximação conceitual e empírica entre Território e Extensão Rural. Assim, a investigação é pautada pelo objetivo geral de analisar as perspectivas de extensionistas rurais que atuam no município de Afogados da Ingazeira, a respeito das conceituações território e de desenvolvimento enquanto estratégias que podem favorecer o bem-estar social.

Em relação a território, foram trabalhadas, conceitualmente, as contribuições de alguns autores que dão conta da complexidade de tal categoria analítica, como Milton Santos, Sérgio Schneider, Maria Nazareth Baudel Wanderley e Rogério Haesbaert. Nas entrevistas ficaram evidenciados os seguintes aspectos:

- a) O primeiro desdobramento do aludido objetivo geral propõe uma análise, a partir da literatura circulante na academia brasileira de meados da década de 1990 até os dias atuais, sobre a multiplicidade e a diversidade conceitual acerca do que se entende por território e desenvolvimento. Longe da inócua pretensão de querer dar conta da riqueza e complexidade contida nesses temas, a literatura consultada – e adequadamente referenciada – foi criteriosamente selecionada para subsidiar alguns entendimentos que julgamos necessários para uma maior compreensão dos assuntos ligados aos interesses da pesquisa.
- b) Com relação à análise de como extensionistas rurais com ação no campo dialogam com conceito como território e desenvolvimento, a partir de suas vivências empíricas, as respostas obtidas junto aos participantes da pesquisa propiciaram alguns resultados, os quais doravante serão demonstrados.

- c) A essência polissêmica do termo território ficou evidenciada nas respostas dos participantes da pesquisa, dada a variedade de conceituações e percepções externalizadas sobre esta categoria analítica. Pareceu-nos nítida, por exemplo, a confusão que alguns entrevistados fizeram entre os conceitos de território e região, de forma a aplicarem o primeiro quando na verdade queriam fazer menção ao segundo, e vice-versa.

Além disso, outras nuances percebidas, que reforçam a assertiva descrita acima, diz respeito à associação entre território e sentimento de pertencimento e questões identitárias. Alguns dentre os extensionistas rurais entrevistados relataram a importância das características comuns que os afogadenses partilham com os demais municípios pajezeiros, com certo destaque para sua cultura e a história. No entanto, menos três entrevistados demonstraram certa resistência em aceitar a ideia de haver municípios pertencentes a outras Microrregiões do sertão pernambucano (divisão administrativa de uma Unidade Federativa, de cunho regional) incluídos no Território do Sertão do Pajeú, dentro do âmbito do PTC (estratégia de desenvolvimento territorial da União). Este segundo contempla, além dos dezessete municípios da Microrregião do Pajeú, outros três municípios, a saber: Sertânia (Microrregião do Moxotó), São José do Belmonte (Microrregião de Salgueiro) e Mirandiba (Microrregião de Salgueiro). O costume e a experiência de vivenciar por décadas os efeitos decorrentes de uma divisão administrativa estadual baseada no conceito de região, que aloca estes três municípios em Microrregiões distintas da do Pajeú, parece exercer forte influência nas questões identitárias desses extensionistas rurais. Ou seja, a divisão regional, mais antiga, conhecida e vivenciada pelos entrevistados, parece interferir nas questões relacionadas às percepções que esses indivíduos têm a respeito de identidade e sentimento de pertencimento.

Houve registro, em pelo menos três entrevistas, do atrelamento do território às relações de domínio e poder, sobretudo o poder estatal. Embora a Geografia e outros campos do saber correlatos tenham estudado esse tipo de associação levando em conta uma multiplicidade de poderes, como, por exemplo, o poder do capital, o poder que emana do Estado ainda permeia o imaginário desse grupo de atores locais.

Por fim, com relação à categoria analítica território, foi percebido, dentre a maior parte dos entrevistados, a aceitação do território instrumentalizado e normatizado, tal qual é preconizado pelas recentes iniciativas que envolvem políticas públicas de

desenvolvimento, como parece ser o caso, por exemplo, do PTC. Ora percebido como mero ajuntamento de municípios com características comuns, ora entendido como unidade de planejamento que favorece as modernas políticas públicas de desenvolvimento, a apropriação desta visão de território parece ser a mais proeminente entre os participantes da pesquisa.

Não quedam evidenciados quaisquer entendimentos dos sujeitos da pesquisa que possam denotar ruptura ou quebra de paradigma em relação à utilização do território como unidade de planejamento para políticas de desenvolvimento em detrimento da utilização das práticas aplicáveis aos conceitos de região. É como se o primeiro não fosse mais do que uma nova roupagem do segundo.

Quiçá a dificuldade acima aludida, manifestada pelos entrevistados, não seja um sintoma de que o Estado brasileiro, assim como os estudiosos do tema, ainda tem um longo caminho a percorrer na busca pela consolidação do uso do território.

Por outro lado, a respeito de desenvolvimento, lançamos mão de ideias e conceituações de autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Eli da Veiga, Paulo de Jesus, Angela Kageyama e Boaventura de Sousa Santos, e, sobre a manifestação dos sentidos dos participantes da pesquisa a respeito do tema, pudemos chegar a algumas conclusões, a saber:

- a) À ênfase no aspecto econômico do desenvolvimento podemos destacar pelo menos quatro vertentes principais: a primeira remete ao fato de que o desenvolvimento econômico de Afogados da Ingazeira tem primado pela variedade de prestação de serviços e, secundariamente, pelas indústrias, elevando o município à condição de polo do Território do Sertão do Pajeú; por outro lado, a participação das atividades agropecuárias tem tido participação acanhada nesse processo de desenvolvimento com viés econômico. A segunda diz respeito à recorrente utilização do binômio desenvolvimento/crescimento pelos entrevistados, como se ambos os termos tratassem do mesmo fenômeno; a terceira aponta para uma postura crítica de uma parcela de participantes diante das mazelas socioeconômicas que seriam produto da busca por esse modelo de desenvolvimento ancorado nos aspectos meramente econômicos. E a quarta também merece destaque pela criticidade de parte dos entrevistados, os quais atribuem ao desenvolvimento – ou crescimento – econômico desenfreado pelo acelerado as consequências

danosas decorrentes do processo de degradação ambiental que tem acometido tanto o município de Afogados da Ingazeira quanto o Território do Sertão do Pajeú.

- b) Outra característica percebida nas entrevistas foi a preocupação com os aspectos humanos e sociais do desenvolvimento, sobretudo com uma possível perda do sentido de se haver desenvolvimento no caso de não haver a efetiva inclusão da totalidade dos cidadãos como beneficiários desse desenvolvimento.
- c) Poder exercer plenamente a cidadania, gozar de boa qualidade de vida e ter acesso a bens e serviços de qualidade foram aspectos mencionados como condicionantes para a existência do desenvolvimento. Precariedades em setores básicos como Educação, Saúde e Cultura apontam na direção contrária do desenvolvimento, segundo os participantes da pesquisa. Com relação à Educação, alguns entrevistados relataram duas situações que notadamente os preocupam: um sistema educacional que não estimula o jovem rural a permanecer no campo; e um cenário econômico que não atrai de volta o jovem afogadense que precisa sair do município para se qualificar acadêmica e profissionalmente.

Nesse sentido, fatores como falta de oportunidades, sobretudo de emprego e renda; questões de gênero, dada a alta incidência de violência contra a mulher registrada no Sertão do Pajeú, segundo uma participante da pesquisa; parca equidade entre rural e urbano; e má distribuição de renda também são, de acordo com os entrevistados que pautaram estes temas, determinantes para mensurar o grau de desenvolvimento de determinado território. Os discursos dos entrevistados não raro remetem à ausência ou insuficiência desses fatores em Afogados da Ingazeira. Por outro lado, o empoderamento das pessoas é assinalado como uma possível saída para uma transformação de suas realidades.

Também ficou constatado que, dentre os fatores que podem favorecer o desenvolvimento, a capacidade de organização da sociedade civil local aparece consensualmente entre os participantes da pesquisa como uma das principais características de Afogados da Ingazeira. Trata-se de um fenômeno histórico-social desse município, cuja participação social tanto no âmbito dos debates quanto nas esferas deliberativas tem sido valorizada desde a década de 1960, quando o bispo Dom

Francisco Austragésilo de Mesquita assumiu a diocese sediada no município. Embora alguns entrevistados entendam que a sociedade civil seja protagonista das ações que envolvem a promoção do bem-estar da população, até mesmo mais do que o poder público constituído, também há certo consenso nas falas quando, em tom de alerta, apontam para um cenário de acomodação da sociedade civil. Destacamos ainda a relevância atribuída pelos entrevistados ao COMDRUR, sobretudo nos processos que envolvem participação social.

Questões ligadas à preservação e conservação do meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento também encontraram eco nas entrevistas. A sustentabilidade, por sua vez, aparece, sobretudo, como condicionante para a presença do desenvolvimento. Naqueles dias em que realizávamos nossas visitas a campo, o semiárido pernambucano enfrentava uma prolongada estiagem, que caminhava para o sexto ano ininterrupto. A má gestão dos recursos hídricos foi evidenciada por parte dos entrevistados, como também os perigos decorrentes do descaso com o manejo dos recursos naturais, especialmente do solo. A questão da segurança hídrica, no caso dos afogadenses, foi tratada com cautela pelos participantes da pesquisa que versaram sobre esta trama. O município passou a contar com o Sistema Integrado Zé Dantas, mais conhecida como Adutora Zé Dantas, diminuindo sua dependência da barragem de Brotas. No entanto, pelo menos dois entrevistados atentaram para o fato de que essas águas são transpostas do rio São Francisco, que também sofre com a ausência de chuvas. Ficou clarificada a ideia de que as intempéries do clima, no que diz respeito aos prolongados períodos de seca, continuarão a ser um obstáculo para a melhora da qualidade de vida dos sertanejos, e que outras medidas para mitigar os efeitos da estiagem se farão necessárias.

Registramos, ainda sobre desenvolvimento, momentos em que prevaleceu a dificuldade que alguns participantes da pesquisa apresentaram ao externar seus sentidos atribuídos à aludida categoria analítica, ora devido à complexidade que envolve o conceito de desenvolvimento, ora em virtude das possíveis imbricações entre as diversas adjetivações que acompanham o termo.

Para além das construções argumentativas ligadas às categorias analíticas aqui estudadas, também merecem destaque os seguintes aspectos:

A participação social no município de Afogados da Ingazeira tem se mostrado um fenômeno histórico-social que merece estudos mais aprofundados. Parece ter havido uma guinada na trajetória do município a partir da década de 1960, após as iniciativas

lideradas pelo então bispo Dom Francisco Austragésilo de Mesquita, falecido em 2006, cujas características mais marcantes percebidas nas entrevistas foram: a valorização do homem do campo; o uso da rádio como estratégia de comunicação; e a ênfase na participação social.

Mesmo diante de um cenário favorável à participação social, parece haver certa dificuldade concernente ao quantitativo de atores locais para dar conta das demandas locais e do Território do Sertão do Pajeú. O protagonismo exercido por Afogados da Ingazeira pode ser intuído pela presença de ONGs e organizações governamentais que, embora sediados no município, prestam serviços na maioria dos municípios pajeuzeiros. A expansão desses serviços tem demandado uma quantidade maior de atores sociais que atuem na causa dos menos favorecidos. Enquanto esse quantitativo permanecer reduzido, aqueles que hoje atuam na causa dos menos favorecidos precisam, por vezes, ocuparem mais de um cargo ou função, ou mesmo migrarem para outro local de atuação.

Com relação à proporcionalidade da distribuição setorial de seu PIB, se por um lado Afogados da Ingazeira conta com a consolidação da importância do setor de serviços e com números relevantes oriundos de suas atividades industriais, por outro lado os setores ligados às produções agropecuárias apresentam constante retração, evidenciada nos levantamentos realizados, por exemplo, pelo IBGE.

Por fim, reconhecemos as limitações da presente pesquisa, sobretudo no que diz respeito aos seguintes aspectos: por se tratar de um estudo de caso; por não contemplar um espectro maior de atores locais; e por não apresentar uma análise comparativa com os municípios circunvizinhos ao lócus da pesquisa. Assumimos, entretanto, que tais aspectos podem vir a ser objeto de estudos posteriores, por envolverem temáticas que nos inspiram e nos movem para uma direção que nos possibilita contribuir, mesmo que humildemente, com os debates sobre Desenvolvimento e Extensão Rural, sempre visando à melhora da qualidade de vida daqueles que habitam nos contextos rurais populares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: os Limites do Poder Nacional e do Poder Local**. In: Território: Globalização e Fragmentação. SANTOS, Milton et. alli. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. **A Força desarmada: presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2004..

BENKO, Georges. Développement. In: MESURE, Sylvie; SAVIDAN, Patrick. **Le dictionnaire des sciences humaines**. Paris: PUF. 2006.

BRANDÃO, Carlos. **Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder**. IN: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.), **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série de Documentos Institucionais 02-2005. Brasília: SDT/MDA, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei 12.188, de 18 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências**. 2010? Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Lei_12188_2010.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú**. Brasília: IADH-GESPAR, 2011. Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio082.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SDT (site). **Apresentação**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico da Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

_____. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de Desenvolvimento Econômico na Escola de Economia de São Paulo

da Fundação Getúlio Vargas. Versão de maio de 2007. Disponível em <www.bresserpereira.org.br>. Acessado em: 10 de novembro de 2012.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. Brasília: 2009.

COELHO, Vera Schattan P.; FAVARETO, Arilson. **Dilemas da Participação e Desenvolvimento**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano X. n. 18. Dez 2008. Salvador, BA.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, publicado no D. O U. de 17.2.86**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> . Acessado em 10 de março de 2015.

DELGADO, Nelson Giordano ; LEITE, Sérgio Pereira. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, 2011, pp. 431 a 473.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, Sueli. **Uma abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos**. Cadernos Ebape. Volume IV. Número 3. Outubro de 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2016a. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260010&search=pernambuco|afogados-da-ingazeira|infograficos:-historico>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2016b. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260010&search=pernambuco|afogados-da-ingazeira>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2016c. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260010&idtema=1&search=pernambuco|afogados-da-ingazeira|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2016d. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260010&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas->>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2016e. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260010&idtema=19&search=pernambuco|afogados-da-ingazeira|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003->>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2016f. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260010&idtema=118&search=pernambuco|afogados-da-ingazeira|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

JESUS, Paulo de. **A metodologia científica e o cotidiano da extensão rural: Algumas relações**. In: Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane. Manaus: IDAM, 2006.

_____. **Sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa**. In: Gestão do desenvolvimento local sustentável. MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos. (Orgs). Recife: Editora Edupe. 2006. Págs. 17-37.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LAVILLE, Chistian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEMOS, Ricardo. Desenvolvimento. In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (Orgs.) **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ed. 2006.

LIMA, Leticia et alli. **A evolução histórica dos conceitos de território/territorialidade no contexto do desenvolvimento rural**. Cadernos de estudos interdisciplinares, V. 1. N. 1 (2014). Publicado em março de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MDA/CONDRAF – **I Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília. Agosto de 2008.

- MEDEIROS, Alzira Josefa de Siqueira. **Economia solidária e extensão rural: experiências de extensionistas rurais em Afogados da Ingazeira – Pernambuco.** Dissertação de Mestrado. Recife: Departamento de Educação da UFRPE, 2010.
- MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar: o Caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE.** Tese de Doutorado. Recife: UFPE / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.
- MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da Sustentabilidade.** Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rurais e suas contradições no Estado do Maranhão.** Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 16, p. 126-132, jan-jun 2012.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio?** In: BURSZTYN, M. (Org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século.* São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 95-113.
- _____. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico.** *Estudos Avançados. av.* [online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 51-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.
- NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade.** São Paulo, Triom, 2014.
- NIEDERLE, Paulo André. **Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial.** In: *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.* CAVALCANTI et alli. Recife: Editora UFPE, 2014.
- OLIVEIRA, Maria Alexsandra Prado de. **Eu ouvi os clamores do meu povo: Análise de um documento eclesial e suas repercussões.** Dissertação de Mestrado. Recife: Unicap, 2015.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48. Maio/ago. 2002.
- PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.** *Raízes, Campina Grande, Vol. 24, n°s 01 e 02, p. 10-22, jan/dez. 2005.*
- PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação.** Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal. Centro de Estudos. Brasília, 2008.

PEREIRA, Lucas. **Rural e Urbano no Brasil e Algumas Possíveis Implicações nas Públicas do Século XXI: Uma Abordagem Territorial**. TCC de Especialização em Gestão de Políticas Públicas promovido pelo Departamento de Educação / SUGEP da UFRPE. Recife, 2011.

PNUD. **O que é Desenvolvimento Humano**. 2016. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

PNUD. **O que é IDH**. 2016. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

PRORURAL. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em <<http://www.prorural.pe.gov.br/prorural.asp>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAYNAULT, Claude. **A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais**. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M.N.B.; NIEDERLE, P.A. Recife: Editora UFPE, 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. Novos Estudos CEBRAP 80, março 2008 pp. 109-125.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria del Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa: **Crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo, Ed. Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa ; RODRÍGUEZ, César. Um mapa de alternativas de produção. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território**. In: Território: Globalização e Fragmentação. SANTOS, Milton et. alli. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, no. 31, vol. 1, 2009.

- SCHEJTMAN, Alexander e BERDEGUÉ, Julio. **Desarrollo territorial rural**. Documento de Trabajo, RIMISP, Santiago/Chile, 2003
- SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. **Território e abordagem territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos rurais. Raízes: Revista de Ciências Sociais, Campina Grande – Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, Vol. 23, nº 01 e 02, p. 99-117, 2004.
- SCHNEIDER, Sergio. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.
- SOUZA, Leliani Valéria de. **Lógicas vivenciais da identidade extensionista em uma organização pública de Extensão Rural**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2011.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- _____. **A face territorial do desenvolvimento**. Universidade de São Paulo. INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.
- _____. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- VEIGA, José Eli da *et alli*. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.
- WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel e FAVARETO, Arilson. **A singularidade do rural brasileiro**: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”. Relatório Final. Brasília: IICA, 2013.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Gênese da abordagem territorial no Brasil**. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M.N.B.; NIEDERLE, P.A. Recife: Editora UFPE, 2014a.
- _____. **Que territórios, que agricultores, que ruralidades?** In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. CAVALCANTI, J.S.B. *et alli*. Recife: Editora UFPE, 2014b.
- _____. *et alli*. **Olhares cruzados sobre os Territórios do Sertão do São Francisco e Paraná Centro**. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de

desenvolvimento territorial no Brasil. CAVALCANTI, J.S.B. et al. Recife: Editora UFPE, 2014.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista parcialmente semiestruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX
Mestrando: Lucas Pereira da Silva Ingresso: 2014

Entrevistado/a:

1. Perfil

Nome:

Faixa etária: entre _____ e _____ anos Gênero: () Masculino () Feminino
Escolaridade:

Residência: () Afogados da Ingazeira () Outro – qual?

Naturalidade: () Afogados da Ingazeira () Outro – qual?

Formação: () Superior, formado em _____ ()
Nível Médio

2. Vínculo Profissional:

Entidade:

Segmento: () Prefeitura () Governo do Estado () Governo Federal () Não Governamental
Cargo/função:

Tipo de vínculo: () Estatutário () CLT () Contrato () Outro – qual? _____

Tempo de atuação como extensionista no município de Afogados da Ingazeira: _____ anos e
_____ meses

Roteiro para entrevista parcialmente semiestruturada

Introdução sobre meu interesse como pesquisador diante da importância dos temas *território e desenvolvimento* na contemporaneidade. **Permissão para gravar as entrevistas e fazer posterior uso das falas no corpo da pesquisa, mantendo-se o anonimato.**

1 Sobre território

1.1 Como está:

- a) O sertão pernambucano?
- b) O Sertão do Pajeú?
- c) Afogados da Ingazeira?

1.2 Como analisar, hoje, as políticas públicas territoriais em Afogados da Ingazeira?

(a depender da resposta, indagar o entrevistado acerca de documentos, relatórios, projetos, etc.)

(caso o entrevistado não faça menção, instigá-lo a comparar presente e passado)

1.3 Sua situação profissional de trabalho lhe permite uma atuação consoante com as políticas públicas territoriais vigentes?

1.4 Com relação à participação nas políticas públicas territoriais em Afogados da Ingazeira, como se dá a participação:

- a) Dos sujeitos produtores (agricultores familiares e trabalhadores de outras categorias);
- b) Da sociedade civil (ONGs, Sindicatos, Igreja, etc.); e
- c) Dos órgãos públicos.

1.5 Como, em sua opinião, caracterizar território?

2 Sobre desenvolvimento

2.1 Você concorda (sim, não, por que) com a seguinte afirmação:

- a) O município de Afogados da Ingazeira é, hoje, muito desenvolvido.
- b) A cidade de Afogados da Ingazeira é, hoje, muito desenvolvida.

(caso o entrevistado apresente dificuldade em distinguir os conceitos de município e cidade, substituir este segundo por “sede do município”).

2.2 Considerando a sede e o município de Afogados da Ingazeira, como caracterizar hoje as práticas de participação nas políticas de desenvolvimento dos seguintes agentes:

- a) Dos atores do território;
- b) Da sociedade civil; e
- c) Do setor público.

2.1- Qual a sua concepção de desenvolvimento?

2.2- Quais seriam as principais dessemelhanças entre sua concepção de desenvolvimento e aquela adotada pelo seu local de trabalho?

2.3- As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, no município de Afogados da Ingazeira, são condizentes com as demandas de sua população?

2.4 É possível descrever suas impressões sobre as diferenças entre a realidade rural contemporânea do município de Afogados da Ingazeira em comparação à imagem do rural clássico, presente no imaginário da maioria das pessoas?